

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Marina Diegues

“Nós, mulheres, atraímos outras mulheres”: A potência da presença feminina no projeto de consolidação e expansão da Extrema Direita.

Bacharelado em Relações Internacionais

São Paulo

2025

Marina Diegues

“Nós, mulheres, atraímos outras mulheres”: A potência da presença feminina no projeto de consolidação e expansão da Extrema Direita.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Huberman.

SÃO PAULO
2025

*A Júlia,
que inconscientemente me apresentou tantas perguntas, que não tive outra opção senão
investigá-las.*

AGRADECIMENTOS

Poderia escrever as mesmas tantas páginas que fiz de conteúdo, de agradecimentos – e mesmo assim, talvez não fossem suficientes. Mas há de se começar por algum lugar e que seja pelo que mais importa. Obrigada Toshie e Augusto, mundialmente conhecidos como mãe e pai – a quem dedico esse trabalho muito antes de ele sequer ser desbravado –, por tudo e absolutamente tudo. Vocês acreditaram em mim antes de eu ter coragem para começar: e, exatamente por isso, eu tive forças para dar o primeiro passo. Obrigada.

A quem também nunca levou a sério todos os meus comentários (extremamente exagerados e pessimistas) no cotidiano: Mari, Ana Fla, Vit e Pauly, um obrigada que ecoa. Obrigada pela amizade, pelo companheirismo e também (é claro) pelas risadas! Pela companhia nos últimos quatro anos de graduação - que se estende para muito além das paredes das salas de aula: conversas a luz amarela da prainha, discussões de madrugada na cozinha e comentários ácidos no dia a dia. Por cada espaço que descobrimos juntas e que escolhemos ocupar. A Bia, que divide comigo isso tudo que é crescer: grande amiga, amante da vida e de todos os pequenos prazeres da vida adulta. Queria formalizar que a sua presença me impulsiona e nunca vou cansar de te agradecer por esse privilégio.

A Babi e a Le, que me acompanharam antes de eu ser Marina e ainda esperam o depois - irmãs de alma e coração. Amo vocês.

Emicida canta que quem tem amigo tem tudo – e há muitos outros nomes que eu gostaria de citar: companheiros de histórias, copos de cerveja e muitas memórias felizes. A vida é muito mais leve com vocês. Obrigada.

Gostaria de agradecer a quem me permitiu ter coragem para tentar e seguir o que eu queria - e esse é o grande potencial do amor. A minha família de sangue, por muita sorte: Babá, Miguel, Hiromi, Vitória e Fernanda. Fonte de carinho inesgotável. São poucas palavras, menos do que merecem, mas aqui vai uma homenagem para se marcar no papel. Obrigada.

Não esqueço de agradecer, é claro, Bilbao: cidade linda que me acolheu e acompanhou um amadurecimento que é sempre agridoce. *Eskerrik asko*, Bilbo.

E por último, mas talvez um dos mais importantes, a PUC. Obrigada Professora Doutora Luiza Matteo e Professor Doutor Bruno Huberman, por me orientarem nesta jornada. Também agradeço ao Professor Doutor David Magalhães, por ter me apresentado aos estudos sobre a Extrema Direita – creio que agora é um caminho sem volta. Obrigada aos professores e todos os colaboradores que acompanharam esses últimos anos; obrigada prainha, bosque, segundo andar e outros tantos espaços que tive o prazer de ocupar como aluna. Tatuo essas memórias na minha mente e carrego as pessoas que tive o prazer de encontrar, comigo.

Poderia estender eternamente – ainda me vem tantas pessoas que deveriam ser mencionadas por aqui. Sou canceriana e fico emotiva com fins e aqui vai mais um: essa eu fiz para você, Marina, que você se orgulhe de mim como eu me orgulho de você. Espero ter me tornado tudo que você imaginava – e, quem sabe, um pouco mais. Obrigada.

Triste, louca ou má
Será qualificada, ela quem recusar
Seguir receita tal, a receita cultural
Do marido, da família, cuida, cuida da rotina (...)
Eu não me vejo na palavra
Fêmea é alvo de caça
Conformada vítima
Prefiro queimar o mapa (queimar o mapa)
Traçar de novo a estrada (traçar a estrada)
Ver cores nas cinzas, e a vida reinventar.

– Francisco, el Hombre, Labaq, Helena Maria, Salma
Jô, Renata Éssis, na música *Triste, Louca, ou Má*, 2016.

DIEGUES, Marina. “Nós, mulheres, atraímos outras mulheres”: A potência da presença feminina no projeto de consolidação e expansão da ED.

RESUMO: A presente pesquisa busca analisar os métodos adotados pela Extrema-Direita para garantir o apoio, aprovação e, de maneira moderada, a participação das mulheres no fórum político. Por meio de uma análise qualitativa, sustentada por uma combinação de revisão bibliográfica e análise de posicionamentos de mulheres ultradireitistas, propõe-se investigar quais conceitos, relacionados às discussões de gênero e feminilidade, são instrumentalizados para viabilizar posicionamentos nacionalistas, xenofóbicos e conservadores. Sob essa ótica, foi proposto três principais pontos para estruturar a análise: (i) o femonacionalismo; (ii) os discursos anti-gênero e (iii) o movimento antifeminismo. Respalado em autores como Cas Mudde (2022) e Sara Farris (2017), o objetivo deste trabalho é explorar como as figuras femininas desempenham papéis essenciais no projeto de consolidação e expansão da Extrema Direita, embora não tenha compromisso com a exibição de dados quantitativos que manifestem esses resultados. Assim, buscou-se contribuir para os debates interseccionais entre gênero e o fenômeno da ascensão da Extrema Direita, explicitando um plano comum sexista – de performance não homogênea, mas ainda sim sólida – da Extrema Direita que, oportunamente, se apropria de pautas de gênero para atingir seus interesses.

PALAVRA-CHAVE: Extrema-Direita; Gênero; Femonacionalismo; Anti-gênero; Antifeminismo; Agenda internacional.

DIEGUES, Marina. “We, women, attract other women”: The power of female presence in the project of consolidation and expansion of the far right.

ABSTRACT: This research aims to analyze the methods adopted by the Far Right to secure the support, approval, and, to a moderate extent, the participation of women in the political sphere. Through a qualitative analysis, supported by a combination of literature review and the examination of the positions held by far-right women, this study seeks to investigate which concepts related to gender and femininity are instrumentalized to enable nationalist, xenophobic, and conservative agendas. From this perspective, three main points were proposed to structure the analysis: (i) femonationalism; (ii) anti-gender discourses; and (iii) the anti-feminist movement. Drawing on authors such as Cas Mudde (2022) and Sara Farris (2017), the objective of this work is to explore how female figures play essential roles in the consolidation and expansion project of the Far Right, although it does not aim to present quantitative data to demonstrate these outcomes. Thus, this research seeks to contribute to intersectional debates between gender and the phenomenon of the rise of the Far Right, highlighting a common sexist framework—non-homogeneous in its performance, yet still solid—that the Far Right strategically appropriates from gender issues to serve its interests.

KEY-WORDS: Extreme Right; Gender; Femonationalism; Anti-Gender; Post-Feminist; International Agenda.

INTRODUÇÃO	9
1. EXTREMA DIREITA, CONSERVADORISMO E GÊNERO: BASES CONCEITUAIS E DISPUTAS NO ESPAÇO POLÍTICO.....	13
2. “AS MULHERES SÃO BEM-VINDAS, MAS O GÊNERO NÃO”: A PAUTA ANTI- GÊNERO E A MANUTENÇÃO DOS ARQUÉTIPOS DE FEMINILIDADE E MASCULINIDADE.....	21
3. O “FEMONACIONALISMO”: QUANDO A PAUTA DE SEGURANÇA FEMININA SERVE POLÍTICAS XENOFÓBICAS	26
4. “POR POLÍTICAS FEMININAS E NÃO FEMINISTAS”: A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO FEMINISTA COMO AMEAÇA POLÍTICA.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	43

INTRODUÇÃO

Após a queda dos regimes fascistas durante a Segunda Guerra Mundial, pesquisadores buscam identificar o movimento de ascensão e declínio dos partidos ultradireitistas no contexto global. De acordo com Beyme (1988), três grandes ondas ocorreram nos séculos XX e XXI: 1) a emergência de pequenos grupos residuais do fascismo histórico, sobretudo na Europa, reconhecidos como parte do fenômeno intitulado neofascismo (1945-1955); 2) a ascensão da direita radical populista nos EUA e na Europa Ocidental pós-Segunda Guerra (1955-1980) e, 3) a infiltração de partidos ultradireitistas nos parlamentos ocidentais (1980-2000) (Beyme *apud*. Mudde, 2022, p.8). Nesse sentido, Cas Mudde contribuiu para essas delimitações, adicionando em sua tese mais um momento de ascensão ultradireitista no início do século XXI: a quarta onda da Extrema Direita, inaugurada por três grandes eventos – o 11 de setembro em 2001, a recessão econômica de 2008 e a crise dos refugiados em 2015 (Mudde, 2022).

Esse fenômeno proposto por Mudde é marcado, sobretudo, pela “naturalização e consolidação da extrema direita nos sistemas políticos” (Mudde, 2022, pp. 34); assim, pautas e movimentos que eram considerados marginais dentro da sociedade, deixam a esfera ortodoxa, e passam a ser incorporadas nos partidos políticos de direita conservadores. Nesse sentido, práticas como fusões entre partidos tradicionais com grupos de princípios mais radicais e a adoção de agendas de natureza também radical populista – ainda que em versões talvez mais moderadas – tem resultado em uma maior visibilidade e, no limite, maior adesão aos grupos que até então podiam ser considerados *outsiders* (Martins, 2024; Kumar, 2021; Ronchi, 2017; Mudde, 2022).

Nesse contexto, consequência dessa menor intolerância perante os movimentos ultradireitistas, é experienciado a ascensão global de partidos e representantes da Extrema Direita – marcados, por exemplo, pela expansão de partidos como *Alternative für Deutschland* (AfD), que, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial ficou em primeiro lugar em diferentes regiões da Alemanha. Assim como na Suécia, no qual o partido democrata sueco, já alinhado com a direita, passa a adotar posicionamentos cada vez mais radicais. Entretanto, esse movimento não é limitado à Europa, visto que a recente eleição do candidato Donald Trump – conhecido por seus discursos populistas e nacionalistas – e, com uma reputação semelhante, a

eleição de Jair Bolsonaro em 2018 também geram movimentos e comoções na Extrema Direita de seus respectivos países (Mudde, 2022). Outras movimentações, como na Austrália – representada pelo partido One Nation, também são importantes mencionar.

Em meio a esse cenário, estudiosos buscam compreender a sua extensão: desde a composição desses partidos e do fórum de eleitores, até suas diferentes agendas políticas. Nesse sentido, dentro dos estudos sobre o fenômeno da 4ª onda ultradireitista, até o fim da década de 80

gênero não era uma questão explícita no discurso extremista da extrema direita contemporânea. A partir do meio da década de 80, ativistas feministas anti-fascistas demandaram que o papel da mulher na extrema direita deveria ser levado a sério, e elas passaram a destacar os aspectos patriarcais (tanto na Extrema Direita, quanto na comunidade acadêmica e também nos grupos fascistas) (Bitzan, 2016 , pp. 68).

Assim, incentivadas por essa primeira onda de estudiosas preocupadas com as semelhanças patriarcais, estudiosas como Blee, Solano, Rocha e Sendretti entre outras, investigam o papel do gênero na agenda da Extrema Direita internacional contemporânea. As autoras concordam que, embora analisar gênero dentro da ED seja um processo que passa por diversas interseções e particularidades, ainda há espaço para se desenhar, em meio às diversas ramificações, uma agenda comum misógina entre os diferentes movimentos ultradireitistas. Nesse sentido, existe um consenso que, de modo geral, seja por suas estruturas majoritariamente masculinas, como também pelas ideologias propagadas, os grupos de Extrema Direita são, por natureza, sexistas (Akkerman, 2015; Dietze, Roth, 2020; Gwiazda, 2021; Mayer, Sauer, 2017 *apud*. Off, 2023).

Os exemplos de discursos misóginos perpetuados por líderes e representantes da ultradireita são incontáveis – e seu sucesso dentre os seus eleitores é inegável, se não pelos resultados positivos das eleições nas quais eles participaram, pelo fortalecimento e expansão expressiva de apoiadores. Contudo, é essencial destacar que embora a estrutura dos grupos da ED seja majoritariamente masculina, as mulheres sempre contribuíram para esse projeto (Blee, McGee, 2012). Nos últimos anos, as mulheres estão ocupando espaços públicos mais estratégicos nessas estruturas políticas, sendo veículos de propagação de informação fundamentais para a manutenção da Extrema Direita – tanto para legitimar posições sexistas, como também para conquistar o eleitorado feminino (Blee, McGee, 2012).

Sob essa ótica, esse estudo busca analisar quais são as principais ferramentas utilizadas por mulheres da Extrema Direita para promover suas ideologias e, no limite, garantir não somente um aumento do público feminino entre seus apoiadores, como também uma legitimação moral de seus posicionamentos. Esse estudo, contudo, não tem como objetivo mostrar os resultados práticos dessas estratégias, mas, sim, investigar as convergências nos

discursos das mulheres extremistas. O objetivo secundário, nesse sentido, é investigar a heterogeneidade da Extrema Direita nas agendas sobre gênero: a tentativa de encontrar uma área comum expõe, conseqüentemente, os pontos de divergência entre eles.

Com esses objetivos em vista, é proposto dois principais métodos de pesquisa. Primeiramente, uma revisão bibliográfica: mostrou-se escasso os estudos que buscassem analisar, de maneira interseccional, uma agenda partilhada misógina eram escassos. Assim, o propósito dessa pesquisa seria contribuir para o estudo dessa área comum, ainda nebulosa, de gênero e Extrema Direita, buscando atribuir às agendas de gênero seu devido peso no projeto de consolidação e expansão dessa recente onda política.

Além da análise de autores importantes para a consolidação conceitual do fenômeno da Quarta Onda Também foi realizada uma revisão bibliográfica de textos que analisam, especificamente, posicionamentos sexistas adotados por movimentos da Extrema Direita pelo mundo todo – principalmente, no continente europeu e americano. A partir da análise de caso a caso, se propôs uma divisão em três frentes que visa concatenar, de maneira geral, as estratégias mais adotadas por esses indivíduos, visando, sobretudo, a manutenção do movimento extremista. No limite, é uma proposta de uma agenda global sexista da Extrema Direita: e como suas manifestações não são uniformes.

A partir dessa definição, buscou-se fundamentar essas expressões em manifestações de participantes ativas da Extrema Direita. Assim, por meio de fontes primárias como jornais tanto locais quanto internacionais e também manifestações em veículos públicos – sobretudo, mídias sociais – foram inseridas a fim de mostrar o exercício prático dos conceitos apresentados. O intuito secundário é denunciar, no limite, como essas estratégias são instrumentalizadas por diversos grupos formando uma certa rede comum sexista, que, embora não seja homogênea, é extensa e concisa.

Enfim, essa pesquisa é dividida, a princípio, em quatro partes. No primeiro bloco, baseado sobretudo nas definições e discussões propostas por Cas Mudde (2007, 2022), Blee (2012), Rydgren (2007) e Bobbio (1995), foi delimitado os conceitos da ultradireita utilizados e exemplos de seus representantes. A fim de se compreender, não só a complexidade de sua estrutura, mas também como esse arcabouço denuncia uma pluralidade de posicionamentos e agendas da direita. Além disso, nesse primeiro capítulo, buscou-se apresentar alguns conceitos-chaves e discussões as quais regem o restante da pesquisa: como hipóteses do porquê a participação feminina na Extrema Direita passou a ser um ponto focal e como esse interesse tem se manifestado em estratégias de posicionamentos.

Assim, a partir de uma análise da bibliografia, se propôs a investigação de três principais frentes, no que diz respeito às estratégias utilizadas para conquistar a aprovação do público feminino: o femonacionalismo, o discurso anti-gênero e a adoção de pautas antifeministas. O capítulo dois, três e quatro, respectivamente, buscam analisar e explicar os fenômenos, relacionando com diferentes representantes mulheres da Extrema Direita. Por fim, são expostas as considerações finais, nas quais são apresentados as reflexões e sugestões para pesquisas futuras.

1. EXTREMA DIREITA, CONSERVADORISMO E GÊNERO: BASES CONCEITUAIS E DISPUTAS NO ESPAÇO POLÍTICO.

O Ur-Fascismo (fascismo eterno) ainda está por aí, às vezes disfarçado de roupas civis. Nosso dever é identificá-lo em cada uma de suas novas formas – todos os dias, em todas as partes do mundo.
– Umberto Eco, 2002.

Norberto Bobbio (1995) estabelece como principal ponto de divergência entre a direita e a esquerda - no que diz respeito à posição sociopolítica de uma parte - sua relação perante aos conceitos de igualdade e desigualdade. Distante das definições maniqueístas de Laplace (1981), e também da definição de base socioeconômica proposta, por exemplo, por Schwartz (1993 *apud*. Mudde, Kaltwasser, 2007), Bobbio define a esquerda como mais igualitária e, em contraponto, a direita como mais desigualitária (Bobbio, 1995, pp. 105), de maneira que:

O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o desigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis (Bobbio, 1995, pp. 106).

Mudde (2000) defende que a definição de Bobbio (1995) é a ideal ao se analisar a ultradireita, uma vez que essa permite que o ponto de interesse comum do movimento não seja baseado em pautas com peso necessariamente moral e, tampouco, neoliberal (Mudde, 2007). Nesse sentido, o autor apresenta três conceitos como sendo primordiais para a definição da ultradireita: nativismo, autoritarismo e populismo – e parte deles para estruturar esse arcabouço político.

Nativismo é definido como,

uma ideologia, que parte do princípio que Estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo (“a nação”) e que os elementos não-nativos (pessoas ou ideais) ameaçam fundamentalmente a homogeneidade do estado-nação (Mudde, 2007, pp. 22. Tradução livre).

Em outras palavras, pode-se compreender que essa ideologia se sustenta, sobretudo, a partir de uma base nacionalista e xenofóbica: o processo de antagonização entre o nativo e o não-nativo fomenta a ideia de que o primeiro grupo é – politicamente e socialmente – superior ao segundo e, por isso, suas vontades e direitos devem ser supremos (Ravndal, 2021; Mudde, 2007).

Autoritarismo, por sua vez, é a crença de que a sociedade deveria ser “estritamente ordenada, na qual as infrações à autoridade devem ser punidas severamente” (Mudde, 2007 *apud*. Del Ducca, 2019, pp.17). Sob essa ótica, é necessário ressaltar que essa lógica, não necessariamente, parte de uma atitude antidemocrática – no sentido de romper com status quo

–, mas que existem mecanismos de punição que não infringem a estrutura liberal, como as leis (*‘law and order’*) e também os instrumentos morais, para garantir a ordem dentro da sociedade (Smith, 1967 *apud*. Mudde, 2007).

Por fim, o populismo é uma característica ideológica que parte do princípio de que a sociedade é dividida entre dois grupos, distintos e antagonistas: o povo benevolente e a elite corrupta – e, nesse cenário, a política deve ser a expressão da maioria absoluta dentro da sociedade (Mudde, 2007; Mudde, 2017; Jagers, 2006). Vale destacar, nesse quesito, que, por meio dessa narrativa antagônica, uma das manifestações do populismo é um apelo ao público que, de modo geral, sente-se representado por esse discurso (Mudde, 2007; Mudde, 2017; Jagers, 2006).

Em suma, Mudde estrutura um arcabouço para compreender a dimensão e as diferenças da ultradireita – também referida como Extrema Direita – a partir desses três conceitos, dividindo-a, a princípio, em dois agrupamentos: a direita radical e a extrema direita. A diferença primordial entre elas é que a segunda busca romper com o status quo, desafiando a estrutura democrática e suas instituições, enquanto a direita radical, embora possa compartilhar de um discurso tão violento e extremo quanto a extrema direita, ainda escolhe atuar dentro das atividades democráticas (Mudde, 2007).

Rydgren (2007) divide algumas definições e conceitos com Mudde, mas discorda, sobretudo, sobre a definição conceitual do termo ‘direita’ – se alinhando a uma visão socioeconômica e entendendo que a ultradireita, na verdade, tem como ponto comum o neoliberalismo. Contudo, em seu texto *The Sociology of the Radical Right*, o autor concorda com a separação proposta por Mudde:

o uso do termo ultradireita extremista exclusivamente para o tipo não-parlamentar, o qual escolhe agir fora da arena parlamentar, enquanto o tipo parlamentar, no qual participa em eleições públicas e aspira em ganhar representatividade nas instituições políticas democráticas, que são referidas como direita radical (Rydgren, 2007, pp. 243).

Nesse sentido, Rydgren compreende que, a nova direita radical – cronologicamente, incorporada na quarta onda da Extrema Direita (Mudde, 2022) – tem características relativamente mais democráticas, embora não sejam simpatizantes das estruturas liberais e seu sistema representativo (Rydgren, 2007).

Dentro da extrema direita, ainda, existem diversos subgrupos que pautam diferentes movimentos com diferentes princípios e estratégias para romper com a ordem estabelecida, entre eles, se destacam a *alt-right* – ou direita alternativa. Pesquisadores como Kelly (2017), May e Feldman (2019), Futrell e Simi (2017) e Hawley (2017) buscam mapear e explorar esse fenômeno que, nas últimas décadas, tem conquistado cada vez mais espaço e reconhecimento

nas discussões políticas e na internet. Como parte da Extrema Direita, possuem um DNA igualmente violento e antidemocrático, com críticas fortes não somente ao sistema democrático, mas a toda a estrutura liberal representativa que foi criada (Hawley, 2017; Mudde, 2022; May, Feldman, 2019).

Em alinhamento com o fascismo histórico, apesar de espertamente utilizar das mídias sociais, esse é um movimento que busca uma pureza etno-nacional através da revolução. [...] Embora esse "zap" (golpe repentino, referência a revolução) fosse, sem dúvida, violento – e, como no passado, tivesse como alvo esquerdistas, minorias étnicas e religiosas – a sociedade emergente é invariavelmente retratada em termos utópicos (May e Feldman, 2019, pp. 26. Tradução livre.).

Sob essa ótica, as comunidades da *alt-right* propõem uma revolução para romper, abruptamente, com o status quo atual, criando uma nova organização social, baseada em seus ideais, majoritariamente, reacionários, patriarcais e racistas (Hawley, 2017; Mudde, 2022; Mudde, 2007; May, Feldman, 2019; Kelly, 2017). Hawley (2017) define a *alt-right* como um grupo guiado, sobretudo, pela ideologia de supremacia branca – deixando em segundo plano discussões socioeconômicas para defender o nacionalismo branco e outras pautas identitárias raciais. Dentre seus princípios, os autores também destacam, não somente do supremacismo branco (ou nacionalismo branco, como os escritores da *alt-right* citam), mas a questão dos papéis de gênero – sendo caracterizados, portanto, por discursos patriarcais e sexistas.

Visto as definições e mapeado o arcabouço conceitual da direita proposto por Mudde (2000), é interessante destacar que, embora possua um ponto convergente como já mencionado, as posições e estratégias de cada grupo sob diferentes pautas podem apresentar divergências. No que diz respeito às discussões que envolvem as definições de gênero, embora partam do princípio de uma desigualdade natural (Mudde, 2022), existe uma pluralidade de estudos da área em função de suas diversas ramificações dentro da própria Extrema Direita e, portanto, pode ter variações sobre a abordagem sobre as pautas de gênero dependendo do grupo (Blee, 2020).

Assim, Mudde (2022) propõe que a base do raciocínio de gênero dentro da Extrema Direita é sustentada a partir do papel social que é atribuído à mulher e ao homem – com motivações misóginas e machistas, com base em uma argumentação de cunho biológico. O chamado ‘*sex realism*’ – tradução livre “realismo sexual” – é o posicionamento que entende justamente o que foi argumentado por Mudde, uma vez que define que homens e mulheres tem diferenças biológicas explícitas e imutáveis e, portanto, isso afeta o papel social que cada um deve exercer dentro de uma sociedade (Blee, 2020; Hawley, 2017).

Durham (2013) e Fangen (1997), por outro lado, criam uma análise, a partir de investigações de núcleos femininos da direita, que contraria a homogeneidade do discurso de

realismo de gênero proposto, de maneira que “Não consiste simplesmente em homens que dominam e mulheres que aceitam sua subordinação” (Durham, 2013, pp. 166). Sob essa ótica, as autoras propõem, no limite, a coexistência de grupos femininos a organizações políticas de estruturas masculinas – que partilham dos mesmos princípios e discursos (Durham, 2013 *apud*. Fangen, 1997; Ebner, Davey, [s.d.]; Solano, Rocha, Sendretti, 2023).

Essa definição não necessariamente rompe completamente com as manifestações de gênero e os paradigmas do realismo sexual (Solano, Rocha, Sendretti, 2023), mas oferece uma organização paralela feminina que adere ao discurso antifeminista e busca, de certa forma, uma coexistência com as estruturas masculinas, por exemplo, mesmo na radical *alt-right* que, subjuga as mulheres a um papel de inferioridade – como “empregadas com úteros” (ADL, 2018) –, ainda há fortes representantes femininas, como Lauren Southern e Lana Lokteff, ambas dos Estados Unidos. A presença mútua de grupos de Extrema Direita sexistas e figuras femininas – que não somente promovem seus discursos, mas também os apoiam – resulta, no limite, em uma ferramenta de legitimação das pautas machistas, pouco representativas e, por vezes, misóginas promovidas pela Extrema Direita.

A tese de Durham (2013) e Fangen (1997) de que existem organizações femininas que acompanham, como coadjuvantes, grupos masculinos protagonistas, – embora tenham um ponto de partida semelhante – discorda da tese de Skrede (2021): elas não negam a existência de uma hierarquização de gênero no imaginário da Extrema Direita e seus impactos na estruturação política dos grupos e partidos, contudo, entendem que existe um esforço por parte do público feminino em compor a agenda direitista

Skrede (2021), assim como Mudde (2022), parte do princípio que, a Extrema Direita Global tem uma agenda que denunciam tanto as organizações contemporâneas feministas, quanto a chamada “ideologia de gênero” por ameaçarem a posição feminina de “ventre da nação”, a consequência direta é que, dentro dessa lógica, passa a ser assunto público e dever dos homens da Extrema Direita controlar e vigiar as suas mulheres.

Mas ambos falham ao não aprofundar na estruturação dos movimentos femininos auxiliares, desconsiderando o papel que mulheres ocupam dentro de organizações da direita, e parte do princípio de que elas são excluídas de todo espaço que promova qualquer forma de independência (Skrede, 2021). Desconsideram, nesse sentido, a capacidade feminina em apoiar organizações, mesmo que misóginas, e para além de contribuir para a construção de discursos sexistas, garantir também a legitimação dessas narrativas (Blee, 2012).

Ebner e Davey ([s.d.]), por sua vez, compreendem o espaço crescente que as mulheres ocupam dentro do movimento de extrema direita – que, ainda que se mantenha majoritariamente masculino, as mulheres:

são cada vez mais importantes como transmissoras, ampliando dramaticamente mensagens de forma abrangente nas ideologias que constituem a extrema direita internacional, variando dos supremacistas culturais europeus e ativistas anti muçulmanos, para a *alt-right* estadunidense, até grupos mais tradicionais neo-Nazi e *Skinhead*. (Ebner, Davey, [s.d.], pp.1. *Tradução própria.*)

A importância das mulheres no processo de projeção da extrema direita é expressiva (Ebner, Davey, [s.d.]; Solano, Rocha, Sendretti, 2023; Durham, 2013) e, busca resultados, sobretudo, no impacto dentro do eleitorado (Solano, Rocha, Sendretti, 2023). De acordo com os dados do *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA) – instituto que monitora o processo eleitoral mundial – a participação feminina está cada vez mais expressiva, contribuindo significativamente no resultado das democracias nas últimas décadas (IDEA, 2016, pp. 31 *apud.* Solano, Rocha, Sendretti, 2023). Por exemplo, no caso brasileiro, as mulheres representam cerca de 50% dos votos (IDEA, 2016).

Dentro da bibliografia que discute o resultado desse aumento significativo da participação feminina nas eleições, é analisado um efeito de causa-consequência que associa o gênero do eleitor, a sua escolha de representante – e, portanto, a estratégia da Extrema Direita em indicar mulheres para representante de partidos mobilizaria mais votos femininos (Erzeel, Caluwaerts, 2015). Nesse argumento, a relação que é estabelecida entre votante e votado é simples e pouco interseccional – não envolve discussões ideológicas e limita a ideia de representatividade política somente a identidade de gênero, não as pautas e discursos adotados pelo partido.

Contudo, essa linha de raciocínio, quando se analisada de maneira independente, teoricamente não se sustenta, uma vez que se considera que, majoritariamente, a estrutura dos grupos e partidos de Extrema Direita – principalmente, quando se menciona ultradireita – são compostos por homens (Blee, 2021; Mudde, 2022). Na esmagadora maioria dos casos, as posições de poder dentro de organizações de Extrema Direita são ocupadas por homens e, nesses casos, para as mulheres são delegadas funções secundárias dentro do partido, com menos autonomia – é claro que existem exceções a essa afirmação, como Thatcher, Meloni e Le Pen, mas elas ainda representam a minoria.

A consequência direta, seguindo a lógica aplicada por Erzeel e Caluwaerts (2015), seria que, no limite, sobretudo recentemente, os partidos de extrema direita estariam enfrentando um declínio de aceitação eleitoral. Na prática, o cenário é outro: partidos de direita radical tem

ganhado cada vez mais popularidade e grupos da ultradireita que, até então eram periféricos dentro das discussões, passam a ocupar espaços mais centrais (Martins, 2024; Kumar, 2021; Ronchi, 2017; Mudde, 2022; Mudde, 2007). Embora esse fenômeno não ocorreu em função de um único fator, dentre as interseções responsáveis pela ascensão da chamada Quarta Onda (Mudde, 2022), a mudança quanto à estratégia para mobilização do público feminino deve ser levado em consideração.

Outra parte dos estudiosos, entretanto, levam em consideração aspectos quantitativos históricos que reafirmam a situação, no limite, delicada, da Extrema Direita Internacional – sobretudo, em relação ao gênero. Eles não negam a relação binária de associação de gênero, mas consideram outros fatores para além do reconhecimento do eleitor no candidato para entender o posicionamento feminino dentro do espectro político (Wirls, 1986; Kaufman, 2006; Norrander, 1999). Nesse contexto, *gender gap* surge como um tópico de discussão importante para os estudiosos de gênero em meados dos anos 90, início dos anos 2000, para compreender, a princípio, o cenário eleitoral dos Estados Unidos.

Kaufman (2006) define *gender gap* como, dentro do cenário político, “as diferenças entre homens e mulheres na identificação de partidos e em seus comportamentos eleitorais.” (Kaufman, 2006, pp.447). Esse conceito associa o voto feminino não isoladamente ao fator gênero, mas também ao posicionamento do partido: mulheres são mais adeptas a se associar a partidos e agendas progressivas (Wirls, 1986; Kaufman, 2006), assim como homens são mais adeptos a pautas conservadoras (Norrander, 1999; Kaufman, 2006).

Existem diversas hipóteses quanto às justificativas a respeito, são responsabilizados: os movimentos feministas, estratégia de política externa de um partido, variação no cenário econômico entre outros – em suma, embora não exista um consenso sobre o porquê existe essa diferença (Norrander, 1999; Kaufman, 2006), os estudiosos da área contemporâneos compreendem que essa dinâmica compromete o resultado de eleição para a extrema direita (Erzeel, Caluwaerts, 2015; Ebner, Davey, [s.d.]; Solano, Rocha, Sendretti, 2023).

Partindo desse contexto de desvantagem eleitoral (Erzeel, Caluwaerts, 2015; Ebner, Davey, [s.d.]; Solano, Rocha, Sendretti, 2023), buscando aumentar sua popularidade entre o quórum feminino, a Extrema Direita passa a se preocupar em mobilizar o eleitorado feminino, estruturando meios para que os ideais da direita se infiltrem socialmente no grupo em questão (Solano, Rocha, Sendretti, 2023). Para mobilizar o público feminino, existe um esforço, não só, de disponibilizar espaços públicos para serem ocupados por mulheres que representem as pautas reacionárias de direita, mas também de criação de um contraponto, que seja capaz de conquistar o público feminino (Rippeyoung, 2007; Solano, Rocha, Sendretti, 2023).

Assim, é essencial compreender não só como a Extrema Direita mobiliza o público feminino – criando grupos considerando inimigos (ou inimigas) naturais –, mas também qual é o perfil das mulheres que a Extrema Direita busca alcançar e estruturas do *status quo* são reforçadas. Mudde (2022) define que, dentro da Extrema Direita, existem duas abordagens principais quanto ao espaço da mulher dentro da sociedade: (i) o sexismo hostil, que parte do princípio que o direito das mulheres são uma ameaça ao núcleo familiar tradicional – flertando, portanto, com o conceito de familismo (Kemper, 2016 *apud*. Solano, Rocha, Sendretti, 2023); (ii) e o sexismo benevolente, que considera que é necessário direitos femininos para proteger as mulheres, que são demasiadamente frágeis e indefesas – geralmente, responsabilizam a sua segurança a uma figura masculina (Solano, Rocha, Sendretti, 2023; Mudde, 2022).

Quando essas estratégias são aplicadas ao contexto da Extrema Direita, é interessante observar que, embora existam grupos que adotam exclusivamente um sexismo hostil — como os *incels* e a comunidade online conhecida como *manosphere*, que promovem ideais misóginos e violentos —, também há grupos que adotam um sexismo benevolente, além daqueles que usam o sexismo de forma estratégica, alternando entre abordagens hostis e benevolentes conforme o público-alvo.

Nesse sentido, é a partir dessas duas estratégias – não necessariamente maciças – que se define: quais são as mulheres dignas de serem salvas e, portanto, quais são aquelas que podem compor a Extrema Direita, e quais são aquelas que não devem (e nem querem) contribuir com essa agenda, e consequentemente representam uma ameaça. A qualificação daquelas que são Mulheres e aquelas que são inimigas é baseada em um princípio, sobretudo: sua habilidade, ou não, de colaborar com, no limite, a manutenção de um *status quo*. As mulheres que são potenciais apoiadoras da ultradireita, embora não sejam exclusivamente definidas por raça, são, majoritariamente, brancas (ADL, 2012) e defensoras de valores conservadores.

Assim, a bibliografia analisa diferentes pontos que se interseccionam: raça, etnia, posicionamento político, identidade de gênero e orientação sexual, por exemplo. Considerando essas faces, essa pesquisa propôs uma divisão em três ferramentas instrumentalizadas, se não para legitimar um plano de reforçar políticas conservadoras, para conquistar suas potenciais apoiadoras: (i) a pauta anti-gênero – protagonizado pelo termo “ideologia de gênero”; (ii) o conceito de “femonacionalismo” (Farris, 2017); e, por fim, (iii) o movimento pós feminista.

A escolha em dividir em três grupos para analisar como os movimentos e partidos de extrema direita capilarizam o público feminino foi baseada em uma divisão de três frentes: (i) social; (ii) securitária; e (iii) política, respectivamente. Não significa, evidentemente, que esses

grupos não se relacionem: existe uma interseccionalidade entre eles que potencializa, inclusive, o discurso de vilanização que a extrema direita utiliza.

A pauta anti-gênero, o conceito de “femonacionalismo” (Farris, 2017) e, por fim, o movimento pós feminista surgem como contra-ondas de pautas confrontativas a agenda da extrema direita. Definem, desse modo, o grupo de mulheres as quais devem ser protegidas, e nesse caso alvo das políticas sexistas benevolentes (Mudde, 2022), e aquele que não devem ser protegidas, porque representam uma ameaça aos valores, tradições e a ordem social – e, portanto, devem ser alvo de políticas sexistas hostis (Idres , Pilkington, 2019 *apud.* Solano, Rocha, Sendretti, 2023).

Nesse sentido, sobretudo quando se leva em consideração os movimentos e partidos de direita radical conservadores, pode-se compreender que essa parcela de indivíduos – não limitada a nenhum dos três grupos isoladamente – desafia os pilares de uma sociedade idealizada pela Extrema Direita. Por serem considerados ameaças às instituições que difundem costumes e valores tradicionais, os grupos feministas, progressistas e representantes de minorias sociais — como a comunidade LGBTQIA +, imigrantes e mulheres racializadas — sejam vistos como inimigos.

Assim, embora sejam plurais, os movimentos de extrema direita convergem ao considerarem – por princípio – que existe uma ameaça ao corpo político que necessita ser combatida: posicionamento com cerne nacionalista. No caso da pauta de gênero, é necessário definir a influência dos três pontos mencionados (a pauta anti-gênero, o “femonacionalismo” (Farris, 2017) e o discurso antifeminista) para a criação de um plano internacional de recrutamento e mobilização feminina.

2. “AS MULHERES SÃO BEM-VINDAS, MAS O GÊNERO NÃO”: A PAUTA ANTI-GÊNERO E A MANUTENÇÃO DOS ARQUÉTIPOS DE FEMINILIDADE E MASCULINIDADE

Sim à família natural, não aos lobistas LGBT. Sim à identidade sexual, não à ideologia de gênero. Sim à cultura da vida, não ao abismo da morte. Sim à universalidade da cruz, não à violência islâmica. Sim às fronteiras seguras, não à imigração em massa.

– Giorgia Meloni, 2022.

O termo ideologia de gênero foi definido, pela primeira vez, pelo Bispo Óscar Alzamora Revoredo (2003) em uma compilação de artigos – *Lexicon: Ambiguous and Debatable Terms regarding Family Life and Ethnical Questions*, publicada pelo Conselho Pontifício da Família, órgão do Vaticano – como um conjunto de ideais que afirmam que as diferenças entre homem e mulher, para além das fisiológicas, foram socialmente determinadas (Campbell, Erzeel, 2018). A consequência direta dessa teoria, de acordo com Revoredo, é que, apagando a divisão binária de gênero, destroi-se as morais sociais porque “encoraja todos a se inventar, promovendo a homossexualidade, e gerando confusões sobre gênero” (Revoredo, 2003 *apud*. Corredor, 2019).

Mudde, na mesma lógica mas aplicada aos princípios e objetivos da Extrema Direita, define o termo ideologia de gênero como a presunção da Extrema Direita de defender que o conceito de gênero é uma conspiração da esquerda, que tem como objetivo prejudicar e destruir o núcleo da família tradicional (Zeberio, Pando-Canteli, Rodríguez, 2024). Nesse caso, a família entra nessa perspectiva como um “princípio fundamental de criação e reprodução da nação – bem como da reprodutibilidade de identidades e valores nacionais” (Solano, Rocha, Sendretti, 2023, pp. 4), o que Kemper (2016) definiu como “familismo” (*apud*. Solano, Rocha, Sendretti, 2023).

Corredor (2019) discorre, nesse sentido, quais seriam os objetivos da Extrema Direita, sobretudo dos partidos populistas, em instrumentalizar o termo “ideologia de gênero”, como:

uma contraestratégia retórica que mira, primeiro, em refutar reivindicações que dizem respeito a construção hierárquica da ordem racista, sexista e heteronormativa; em segundo, essencializar e deslegitimar teorias de gênero feministas e *queer*; terceiro, para frustrar os esforços globais e locais de transversalização de gênero; quarto, sabotar políticas de igualdade de gênero e LGBTQ+; e finalmente para reafirmar conceitos heteropatriarcais de sexo, gênero e sexualidade (Corredor, 2019, pp. 616).

Em resumo, o conceito de ideologia de gênero surge como uma ferramenta argumentativa para não somente criar um contraponto político – vilanizando a esquerda e

movimentos que têm princípios mais igualitários –, mas também para reafirmar seu argumento realista sexual. Ele incorpora, assim, tudo o que contraria os valores conservadores, idolatrados pela direita (Amato, Fuchs, 2022; Zeberio, Pando-Canteli, Rodríguez, 2024).

A partir desse conceito, se consolida uma agenda na qual se estipulam a quem eles se dirige um tratamento sexista hostil (Mudde, 2022 *apud*. Solano, Rocha, Sendretti, 2023): “as mulheres são bem-vindas, mas o gênero não” (Ylä-Anttila, Luhtakallio, 2020, pp. 41). Essa frase reflete que o critério de definição sobre quais mulheres devem ser consideradas inimigas, está mais associado à ideia das *outsiders* da binaridade de gênero, do que necessariamente à definição biológica (Zeberio, Pando-Canteli, Rodríguez, 2024).

Nesse discurso, é estabelecido uma linha grosseira que divide quem é o público alvo das pautas da extrema direita – mulheres, sobretudo brancas, cisgênero – e a quem não se aplicam as discussões, mas que devem ser marginalizadas e, no limite, exterminadas. Um ponto de atenção é que essa estratégia de mobilização excludente também serve como atrativo para outros indivíduos – nesse caso, mulheres – que se identificam com o discurso e adotam um posicionamento contra gênero (Blee, 2020; Blee, 2012; Solano, Rocha, Sendretti, 2023).

É importante destacar, nesse cenário, que o conceito de gênero a qual os indivíduos da Extrema Direita se referem não se limita a discussão de binaridade de gênero, mas também engloba o público LGBTQUIA+ e os relacionamentos homoafetivos, que são igualmente considerados ameaças aos núcleos e ideais tradicionais que devem ser preservados (Corredor, 2019; Blee, 2020). Contudo, esse discurso não é frequentemente utilizado – ou, no mínimo, não é o principal argumento – para alcançar o público feminino e, por isso, não foi mobilizado como uma estratégia para o eleitorado feminino, exclusivamente.

Invariavelmente, a construção dessa narrativa que vilaniza e desconsidera as discussões contemporâneas sobre a pluralidade de identidade é muito benéfica para a manutenção de discursos baseados, por exemplo, na divisão binária de homem e mulher, retomando o conceito de *sex realism* (Blee, 2020; Hawley, 2017). E, conseqüentemente, também auxilia na manutenção dos papéis sociais tanto do homem, quanto da mulher. Nessa narrativa, as “características naturais” são fundamentais para garantir a definição de funções não somente dentro da sociedade, mas também na participação nos corpos políticos.

Embora tanto nos grupos de direita radical, quanto ultradireita tenha sido crescente a adesão de mulheres nas discussões, elas nem sempre tem o direito de ativamente participarem como atores (Blee, 2020; Mudde, 2022). Isto se deve ao fato de que, sobretudo dentro do fórum ultradireitista, raramente as mulheres são consideradas aptas para o exercício de política – e, quiçá, a qualquer função que esteja minimamente ligada ao ato de refletir e pensar. Assim, é

comum que as mulheres sejam reduzidas a funções como manutenção do lar – conhecidas, como *trad wifes* – e sujeitas ao espaço de maternidade de maneira compulsiva dentro da estrutura da ED (Mattheis, 2018).

Nessa lógica, a performance de gênero está relacionada, sobretudo, ao plano de conservar a estrutura social, no qual mulheres são subjugadas a posições secundárias, enquanto homens têm o dever de ocupar os espaços de maior protagonismo e, portanto, de mais poder. Desrespeitar essa ordem, ignorar os papéis de gênero, seria consentir a possibilidade de que existe outro meio de organização e, nesse sentido, questionar a veracidade da teoria *sex realist* – uma vez que ela não considera, em nenhuma abordagem, a existência de uma terceira (ou quarta, ou quinta...) via no que diz respeito a binaridade de gênero, e muito menos alguma possibilidade fora do espectro heteronormativo. Essa expectativa viabiliza, no limite, outras mudanças progressistas que, por fim, podem prejudicar uma ordem conservadora e sexista (Blee, 2020; Blee, 2012).

Ao redor do mundo, movimentos da Extrema Direita têm se mobilizado para criticar, vilanizar e, no limite, criminalizar os grupos LGBTQUIA+ – sobretudo, aqueles que participam do grupo que transgredir a definição binária. Na Itália, a Primeira Ministra Giorgia Meloni, conhecida por seus posicionamentos conservadores e medidas anti migratórias, também possui posicionamentos marcados por um discurso anti-gênero (Semonsen, 2023; Crescenzo, 2023). Eleita em 2022 e representante do partido nacionalista *Fratelli d'Italia*, Meloni é a primeira mulher a governar o país: embora seja um símbolo feminino simbólico (sobretudo na Itália, país no qual o cenário político é majoritariamente dominado por homens), possui uma agenda de gênero inconsistente (Montecchio, Griffini, s.d.). A favor da equidade salarial e insistindo na pauta de segurança feminina, Meloni passa a intercalar seus pronunciamentos que, a princípio, parecem pró mulheres, com declarações conservadoras – sobretudo, no que diz respeito ao público LGBTQUIA+, tópicos imigratórios e também ao direito ao aborto.

Em uma entrevista para a revista *Grazia* – cujo público alvo é o feminino –, Meloni alerta as mulheres europeias sobre os perigos da ideologia de gênero, sobretudo, para as próprias mulheres, argumentando que:

Hoje, para ser mulher, alguns clamam que se autoproclamar é suficiente; enquanto isso, existe um trabalho para apagar o corpo feminino, sua essência, suas diferenças. Mulheres são as primeiras vítimas da ideologia de gênero. Muitas feministas pensam isso também (Meloni *apud*. Semonsen, 2023. Tradução própria).

Nesse sentido, Meloni colabora com a narrativa da vilanização da ideologia de gênero, acusando que o desafio à classificação binária de gênero mostra-se como uma ameaça à

definição da mulher. Ademais, é estabelecido a ideologia de gênero como, em certa medida, um empecilho, um atraso dentro da jornada feminina em busca de reconhecimento e segurança.

Nos Estados Unidos, por sua vez, existem diversos movimentos e figuras públicas femininas que também partilham do discurso anti-gênero. Entre elas, pode-se destacar, por exemplo, Tammy Bruce – uma mulher branca, cisgênero, estadunidense e lésbica. Com um passado marcado pela aparição em diversas mídias, conduzindo seu próprio programa de rádio e também contribuidora da *Fox News*, em 2025, foi nomeada porta-voz do Departamento de Estado dos Estados Unidos por Donald Trump (Them, 2025; Departamento de Estado dos EUA, 2025).

Seu posicionamento é marcado, principalmente, pelo o que é chamado de movimento *anti woke*: uma resistência à conscientização sobre pautas sociais marcadas por discussões de raça e gênero, buscando maior representatividade e igualdade – um incentivo de acordar (*awake*, em inglês) a sociedade estadunidense a esses problemas (Spinks-Franklin, 2020). Esse posicionamento contra a militância pode ser identificado, por exemplo, na fala de Bruce, quando ela critica a “hiperpolitização” das discussões:

Eu acho que grande parte da audiência sabe que eu sou uma mulher gay. [...] Não é sobre homofobia, é sobre tudo ser politizado. Tendo mensagens, mensagens políticas de qualquer tipo, sendo empurrada a nós. Nenhum de nós quer isso, não importa qual é a orientação sexual ou sua raça ou seu antecedente (Bruce *apud*. Them, 2025).

Nesse sentido, Tammy Bruce se opõe à discussão de pluralidade de gênero. Em 2021, Bruce realizou um monólogo na rede pública sobre a importância de resistir aos movimentos da esquerda. Para ela, exigências como o uso de pronome neutro e a absorção dos custos de cirurgias para mudança de gênero são qualificadas como estratégias da esquerda para manipulação e dominação mundial. Assim, Bruce colabora com uma narrativa que qualifica as iniciativas *woke* como uma ferramenta de disrupção dentro de uma guerra política – na qual a direita tem obrigação de se organizar e resistir a essa ofensiva.

Em sua fala, é interessante ressaltar sua resistência a adequação do uso de pronome neutro, por exemplo, que nasce como um meio de inserir a pluralidade de identidade na sociedade, mas, para ela, não passa de uma etapa dentro de um plano de dominação da esquerda, que busca, a princípio, dominar a língua.

Por causa do chamado vocabulário *woke* que está infectando cada pedaço da nossa cultura, de termos como “racismo sistêmico”, “anti-racista”, “supressão de voto”, “Jim Crow 2.0”, “equidade” e outros muitos que são deliberadamente utilizados para parecerem razoáveis posições ou agendas, mas eles são o oposto: existe um método da loucura da esquerda e de manipulação da linguagem, mudar definições é parte dela. Porque aquele que controla a linguagem, ganha. Quanto mais você está incerto sobre o que é seguro pensar... quanto menos você está inclinado a pensar criticamente.. e é isso que a esquerda precisa para sobreviver, você nas pontas dos pés, você silenciado,

you conforming, or canceled. The less we are capable of speaking the truth, and the more empty the words become, the more the word “acceptable” becomes: the truth is the victim [...] (Bruce, 2025).

Em suma, embora não tenha um posicionamento tão explícito quanto Meloni, Bruce mostra-se como uma das vozes femininas dentro da Extrema Direita mundial que colaboram para a construção de uma narrativa anti-gênero e contra medidas de inserção desse público, dentro da sociedade. Camufladas dentro do vasto campo denominado *woke*, existe um esforço da direita conservadora estadunidense em vilanizar esse movimento e catalogá-lo como ficção e discurso. Esse posicionamento, embora seja diluído em discursos marcados por um caráter identitário como “Eu acho que é grande parte do público sabe que eu sou uma mulher gay” (Bruce, 2025), expõe uma preocupação que não está aliada aos interesses de representatividade, sobretudo, daqueles que fogem do escopo da binaridade de gênero.

Sob essa ótica, é fundamental destacar a importância da junção desse marcador identitário: Tammy Bruce é uma mulher, branca e, publicamente assumida, lésbica. O fato de essa figura pública, representante desses respectivos grupos sociais – e o espaço de intersecção entre eles, ter um posicionamento desse feitio, encoraja e legitimam outras vozes conservadoras – cujas portadoras seguem o mesmo perfil – a se posicionarem.

Existem, nessa lógica, inúmeros exemplos de mulheres que reproduzem esse discurso dentro da Extrema Direita. Sob essa ótica, é possível compreender, no limite, que a adoção de pautas anti-gênero, representadas no movimento anti-*woke*, por exemplo, não é uma movimentação isolada e que possui, espalhadas pelas representações da Direita, forte apelo e público pelo mundo. Com um esforço comum, nesse sentido, em segregar os grupos quais devem e não devem ser protegidos – a quem deve se dirigir ódio e, no limite, se reagir com violência.

3. O “FEMONACIONALISMO”: QUANDO A PAUTA DE SEGURANÇA FEMININA SERVE POLÍTICAS XENOFÓBICAS

A relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia.

– Said, 2001.

Essa mesma lógica – dividindo quem merece ser protegido, preservado e quem deve ser expurgado – é aplicada a gênero partindo de discursos nacionalistas e xenofóbicos (Dauber, 2017; Solano, Rocha, Sendretti, 2023). Principalmente nos Estados Unidos e em países europeus – exemplo de França (centralizada pelo *Rassemblement National* ou RN) e Alemanha (*Alternative für Deutschland*, AfD) –, existe uma movimentação sobretudo utilizada pelas organizações partidárias, de defender que:

(...) a imigração conduz, no cruto prazo, ao aumento de violência e agressão sexual contra mulheres brancas e, no longo prazo, ao fortalecimento de um ethos cultural e estético não-ocidental que representa uma ameaça às conquistas das mulheres ocidentais (...) (Solano, Rocha, Sendretti, 2023, pp. 4).

Farris (2017) nomeia esse fenômeno como “femonacionalismo”: a apropriação de uma agenda humanitária, preocupada com a segurança feminina, para sustentar campanhas racistas e xenofóbicas (Solano, Rocha, Sendretti, 2023). A autora entende que esse conceito é estabelecido a partir de uma convergência política entre os grupos feministas, o neoliberalismo e o nacionalismo que tem, por fim, objetivos econômicos – embora, nem sempre conscientes (Farris, 2017 *apud*. Möer, 2022). Esses fins, mencionados por Farris, mostram-se como um plano de substituição de mão de obra ocidental: ela diz que as feministas (na qual ela nomeou como *femocrats*), buscam inserir as mulheres racializadas orientais no setor de tarefas de cuidado e manutenção doméstica (Farris, 2017). Em suma, o conceito de femonacionalismo de Farris (2012) parte do princípio de que existe uma hierarquia cultural, estabelecida entre as sociedades do Oriente e do Ocidente, representado pela Europa, principalmente.

Para compreender essa narrativa dicotômica que aprofunda as diferenças culturais entre o Oriente e o Ocidente, é necessário revisitar o conceito de orientalismo – e, então, investigar como ele auxilia na construção do discurso femonacionalista. Orientalismo, de acordo com Said (2001), é um esforço do Ocidente em compilar e popularizar estereótipos do Oriente para

justificar os métodos coloniais de controle e conquista. Nesse sentido, é associado ao Oriente uma imagem de povo exótico, misterioso, feminino, irracional, atrasado e submisso, ao passo que, dentro dessa lógica, o Ocidente representaria o completo oposto – o progresso, a modernidade, ao masculino, a superioridade e a agilidade. Said, então, propõe o conceito de orientalismo para nomear a invenção ocidental, fantasiosa, do chamado Oriente – e que este:

[...] não está longe daquilo que Denys Hay chamou de ideia de Europa, uma noção coletiva que identifica a “nós” europeus em contraste com todos “aqueles” não-europeus, e de fato pode ser argumentado que o principal componente na cultura europeia é precisamente o que torna essa cultura hegemônica tanto na Europa quanto fora dela: a ideia da identidade europeia como sendo superior em comparação com todos os povos e culturas não-europeus (Said, 2001, pp. 19).

Portanto, a partir dessa fronteira imaginária se justificam processos de invasão e propostas que, no limite, responsabilizam o Ocidente a controlar, democratizar e ocidentalizar essa região, por meio, sobretudo, violentos. Nessa estratégia, existe um plano de ação em duas frentes: a de projeção internacional, no qual planos de invasão, sob o nome de uma suposta paz mundial que nebula os reais interesses neocoloniais, são viabilizados – como a Guerra do Golfo (1990-1991) e Guerra do Iraque (2003) (Farris, 2017); e de projeção nacional, com a criação e popularização de meios para manter “os outros” sob as normas da cultura ocidental (Farris, 2012; Möser, 2022).

No que diz respeito a frente de projeção nacional, o conceito de femonacionalismo, apresentado por Farris (2017), nasce nesse meio como uma ferramenta que, a partir da instrumentalização das pautas de gênero, reafirma as diferenças culturais entre o Ocidente e o Oriente e os riscos que elas representam, não só para a conservação do cerne cultural mas também para a saúde e bem-estar das mulheres (Solano, Rocha, Sendretti, 2023). Möser (2022), ainda, contribui para esse conceito ao interpretar que, ao se inspirar no conceito de homonacionalismo de Puar (2007 *apud*. Möser, 2022), o femonacionalismo “promove a superioridade cultural de sociedades que afirmam defender os direitos das mulheres sobre aquelas que não o fazem” (Möser, 2022, pp. 1554).

Assim, no texto *Mulheres de Extrema-Direita: empoderamento feminino e valorização moral da mulher* (2023), Solano, Rocha e Sendretti propõe o uso do conceito de femonacionalismo como uma estratégia discursiva para gerar terror entre o público feminino. Nessa lógica, sobretudo na Europa, frases como “proteger as mulheres significa fechar as fronteiras” (Solano, Rocha, Sandretti, 2023) passam a ser utilizadas com objetivo de, justamente, colocar as mulheres – nativas – em um espaço de risco constante.

As autoras bifurcam a suposta ameaça à figura feminina nativa em dois pontos: uma ameaça física e outra social. Presumindo, nesse sentido, que a segurança das mulheres brancas – e é fundamental esse recorte racial – é ameaçada não somente por violações físicas, mas também culturais, endereçando a cultura estrangeira, sobretudo muçulmana, como ator que pode tolher as liberdades que as mulheres ocidentais conquistaram (Farris, 2017; Solano, Rocha, Sendretti, 2023). Invariavelmente, a origem da linha de raciocínio para os dois pontos é a mesma: partindo do conceito de orientalismo, a cultura oriental é destacada como misógina e sexista – e, portanto, também inferior e contra a liberdade.

Primeiramente, quanto à segurança física da mulher: dentro do discurso da Extrema Direita para sustentar e vender seu posicionamento anti-imigratório, xenofóbico, existe uma crença que relaciona, diretamente, o aumento dos crimes com a quantidade de imigrantes que um espaço recebe (Solano, Rocha, Sendretti, 2023). Essa relação é sustentada, principalmente, pelo imaginário, sobre o Oriente, criado pelo Ocidente – associado a violência e à misoginia.

Em *Do Muslim Women Really Need Saving? Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its Others* (2002), Lila Abu-Lughod, entre outros pontos, explora sobre a concepção fossilizada do Ocidente que as mulheres do Oriente experienciam somente repressão: nomeado de “novo senso comum”, ele consiste na “percepção ocidental de que as mulheres muçulmanas são oprimidas e o são pela sua própria cultura” (Chaise, 2016, pp. 1545). Assim, a narrativa de que as mulheres nas sociedades orientais são destratadas, subjugadas e suprimidas é amplamente divulgada por figuras públicas de direita, afim de posicionar a cultura oriental como violenta, responsável pela opressão feminina no Oriente (Abu-Lughod, 2002).

Nessa conjuntura, é importante destacar que, dentro do imaginário nacionalista dos grupos da Extrema Direita,

[...] os corpos das mulheres – quando entendidos como pertencentes à nação – são vistos como dignos de proteção, enquanto os corpos racializados (masculinos) dos Outros são vistos como uma ameaça à segurança das mulheres da nação (Bhattacharyya, 2008 *apud*. Sager, Mulinari, 2018, pp. 151. *Tradução própria*).

O reflexo dessa percepção introduzida por Bhattacharyya (2008) nos discursos da Extrema Direita é a associação da mulher pertencente à nação, no papel de alvo e, por sua vez, os homens racializados e oriundos de culturas misóginas (Chaise, 2016), como infratores. Nesse sentido, figuras da ED têm instrumentalizado essa lógica para estabelecer uma relação direta, por exemplo, entre a imigração (principalmente, de origem islâmica) a todos os tipos de crime – mas, nesse caso, vale destacar a associação feita com o aumento de casos de estupro.

Um exemplo desse caso é o partido *Sweden Democrats* (*Sverigedemokraterna*, SD ou, na tradução direta, Democratas Suecos), conhecido, sobretudo, por seus posicionamentos

conservadores e anti-imigratórios. Dentro desse cenário político, Paula Bieler atuou como porta-voz de do partido em temas como igualdade de gênero e direitos LGBTQUIA+ entre 2014 a 2020, sendo uma participante voraz dentro do Parlamento sueco (Khoshnood, Sundquist, Sundquist, 2025). O número crescente de casos de estupro na Suécia tem sido uma pauta mobilizadora de mídia e, também, de público: embora o número de casos de assassinatos, por exemplo, tenham diminuído drasticamente, a Suécia continua sendo o país europeu com maior número de casos de violência sexual per capita (Khoshnood, Sundquist, Sundquist, 2025).

Em 2016, Bierler é questionada sobre o caso de violência sexual em um festival de música (*We Are Stockholm*), no qual, a polícia era acusada de esconder informações sobre o suspeito de quinze anos – a informação em questão, obtida pelo jornal sueco Dagens Nyheter, era da nacionalidade afegã do jovem. Nessa entrevista, Bierler associa, de fato, a nacionalidade dele como motivador para cometer crime, quando diz que:

Esta é uma nova escala, vem de uma visão completamente diferente sobre as mulheres do que temos em nosso país. Agora temos um enorme influxo de jovens homens de países com uma visão totalmente diferente sobre as mulheres, vindos de guerras onde sabemos que o estupro e o assédio sexual são uma forma de relaxamento... e também de países onde há uma cultura muito patriarcal e islamista, onde as mulheres são respeitadas se ficarem em casa, mas não se estiverem em público (Bieler, 2016 *apud*. Elgot, 2016. *Tradução própria*.).

Ainda neste pronunciamento, Bieler propõe um programa de educação para refugiados, a fim de ensiná-los “os valores suecos” (Bieler, 2016) e termina sua fala reiterando que: “[...] se você quer trazer seus antigos valores de que as mulheres existem apenas para o bem dos homens, então essa visão não é bem-vinda aqui e, nesse caso, você também não é (Bieler, 2016 *apud*. Elgot, 2016).”. Essa fala reflete, no mínimo, uma ação prática da ideologia femonacionalista de Farris, apoiada no orientalismo de Said: a criação de uma hierarquia na qual os valores ocidentais suecos são superiores a “cultura muito patriarcal e islamista” (Bieler, 2016) do Afeganistão.

Bieler consegue, a partir da estereotipação da cultura afegã – ressaltando características sexistas e associando-as ao islamismo –, mobilizar uma pauta que envolve o público feminino – o alto número de casos de violência sexual – para disseminar um plano baseado em agendas claramente xenofóbicas: a exigência de que, caso um imigrante entre no país (sob a condição de refugiado), ele deve abdicar de sua origem e passar a se adequar aos padrões (superiores) suecos.

O caso sueco não é o único exemplo de uma figura feminina mobilizando a pauta de violência contra as mulheres e associando-as a imigração. Nos casos europeus – marcados, por exemplo, por Le Pen na França e Meloni na Itália – é comum eles serem associados à migração

muçulmana, assim como é sugerido, a princípio, na definição de femonacionalismo de Farris. Contudo, é importante destacar que esse conceito tem potencial de adaptação para qualquer povo estrangeiro: a Extrema Direita direciona o discurso femonacionalista para salientar sua oposição a imigração em diversos países.

Um caso nos Estados Unidos que, recentemente, repercutiu na mídia, foi o de Katie Britt: que em 2022, se tornou a primeira mulher a ser eleita senadora no estado do Alabama, representante do partido republicano. A fim de criticar os posicionamentos do governo Biden (2021-2025) – que tinha posicionamentos muito mais flexíveis quanto a imigração do que o seu sucessor –, Britt refutou o discurso do Estado de União do até então presidente, em um pronunciamento publicado na plataforma YouTube, no qual ela diz que:

Biden herdou a fronteira mais segura de todos os tempos. Mas minutos depois de assumir o poder: ele suspendeu todos os processos de deportação, ele suspendeu a construção do muro e ele anunciou a anistia de milhões. Nós sabemos que o presidente Biden não somente criou essa crise de fronteira, ele a convidou com 94 ações em seus primeiros 100 dias de governo (Britt, 2024, 0min35. *Tradução própria*).

Anunciando uma “crise nas fronteiras” – referenciando o alto índice de imigração, legal e ilegal –, Britt busca sensibilizar o público ao mencionar um caso que teria sido lhe contado por uma sobrevivente: uma jovem, com cerca de 12 anos, pouco depois que Biden tinha enfraquecido as leis migratórias de Trump, tinha passado por uma experiência de violência sexual perto da fronteira com o México, sendo o infrator um imigrante. Pouco tempo depois, a mulher que lhe confidenciou a sua experiência veio a mídia, acusando Britt de ter deturpado sua história: embora ela de fato tenha sido vítima de violência sexual, o episódio tinha acontecido há quase uma década, no México, e, portanto, não tinha relação alguma com as políticas quanto migração propostas por Biden.

Embora tenha se provado irreal, é evidente em seu pronunciamento que, ao citar o caso dessa jovem, a senadora buscava provar que a presença de imigrantes latinos representa um risco de saúde pública não só para as mulheres, mas também para as crianças. O objetivo do relato, nesse caso, era sensibilizar o público estadunidense sobre os prejuízos que as ações quanto ao controle migratório causavam nos americanos.

O caso mencionado protagonizado por Katie Britt é importante, sobretudo, por para se pensar no conceito de femonacionalismo ligado não só a criação de uma narrativa que aprofunda as diferenças entre o ‘eu’ e o ‘outro’ – discussão latente no campo de Relações Internacionais, principalmente por pensadores construtivistas –, como também por um plano de unificação social e cultural, propondo a ética ocidental como ideal. No que Inayatullah e Blaney

citam, para a teoria de relações internacionais, como “uma teoria e prática focada em conter, domesticar ou destruir a diferença – em estabelecer o “império da uniformidade”, nas palavras apropriadas de James Tully (1995b)” (Inayatullah, Blaney, 2004, pp.2. *Tradução própria*) – mas que pode, facilmente, ser aplicada também a essa lógica xenofóbica.

Essa lógica de unificação cultural é latente ao se analisar o conceito de multiculturalismo – outro conceito primordial dentro da Extrema Direita, mencionado previamente, assim como a postura comum entre os grupos da Extrema Direita em reprovar e buscar conter esse fenômeno (Mudde, 2007). O multiculturalismo é um fenômeno, nesse sentido, derivado do processo de aceleração da globalização e, também, do aumento considerável dos fluxos migratórios (Dines, 2003; Song, 2024). Em suma, a imigração passa, também, a assumir um papel de ameaça à cultura e, no limite, a liberdade conquistada pelas sociedades ocidentais.

No que tange gênero, o discurso anti-multicultural se relaciona com o femonacionalismo quando associa a vinda de culturas estrangeiras ao risco de retrocesso de direitos e representações femininas na sociedade. Nesse cenário, as culturas estrangeiras – e vale destacar que essas são, majoritariamente, latinas ou “orientais” – são consideradas extremamente misóginas e, portanto, inferiores. Assim, a mera presença desses indivíduos estrangeiros, propagando ideais e símbolos sexistas seriam uma ameaça para o bem-estar das mulheres ocidentais – e, conseqüentemente, passa a ser função e tarefa da Extrema Direita de proteger a integridade delas.

Um exemplo dessa frente do femonacionalismo pode ser identificado na figura de Pauline Hanson – fundadora e líder do partido *One Nation*, na Austrália. Em 2016, na sua cerimônia de posse do Senado, Hanson já demonstrava em seus discursos suas preocupações com a “invasão” muçulmana na Austrália, com seus ideais e culturas tão divergentes da nativa. Assim, posicionamentos como “Islã não pode ter uma presença significativa na Austrália se vamos viver em uma sociedade aberta, secular e coesa [...] Nós vimos a destruição que ele está causando ao redor do mundo.” (Hanson, 2016 *apud*. BBC News, 2016. *Tradução própria*) já denunciavam o tom das políticas às quais ela iria propor em um futuro próximo.

Entre propostas que buscam criminalizar a migração muçulmana e paralisar a construção de centros religiosos, uma, em especial, se destaca ao se relacionar diretamente com o conceito de femonacionalismo: a proposta de proibir o uso da burca. A burca é, para as culturas ocidentais, uma representação física de como as civilizações orientais são misóginas e oprimem as mulheres (Abu-Luhgod, 2016) e, por isso, sua proibição não é uma política incomum, no sentido de já ter sido proposta e até aprovada em outros lugares como na França.

Em suma, o conceito de femonacionalismo expõe como os discursos, sobretudo ligados à proteção feminina, podem ser cooptados por grupos da Extrema Direita, com objetivo de promover agendas xenofóbicas e nacionalistas. Assim, utiliza de preocupações populares com as mulheres, e se baseia em estereótipos orientalistas – pela ideia de superioridade moral e civilizatória do ocidente. Portanto, é possível concluir que essa ferramenta opera a fim de mobilizar sentimentos como insegurança e medo para articular um projeto para conservar os valores tradicionais. Assim, baseadas nessas sensações, a Extrema Direita consegue mobilizar um discurso que acolhe e protege as mulheres que se julgam ameaçadas pelo multiculturalismo e a imigração, além de que, quando os porta vozes são mulheres, promovem a legitimação dos discursos xenofóbicos espalhados por outros políticos homens desses partidos.

Então, indivíduos como Birler, Britt e Hanson demonstram uma ação multifacetada, internacional, no qual mulheres também atuam na manutenção do discurso xenofóbico, instrumentalizando discussões sobre gênero para garantir uma exclusão racial e criar uma hierarquia cultura

4. “POR POLÍTICAS FEMININAS E NÃO FEMINISTAS”: A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO FEMINISTA COMO AMEAÇA POLÍTICA

Todo mundo odeia as mulheres! Mulheres odeiam mulheres, e homens odeiam mulheres! É a única coisa em que todos concordam!

– Barbie, 2023.

Agustín Laje e Nicolás Márquez – duas vozes emergentes, participantes da chamada quarta onda da Extrema Direita (Mudde, 2022) –, em *O Livro Negro da Nova Esquerda: Gênero de ideologia ou Subversão Cultural* (2016), escrevem um capítulo afim de justificar o por quê o movimento feminista possui uma aliança com a nova esquerda e, portanto, colabora para prejudicar a consolidação da Extrema Direita.

Os autores reconhecem, em alguma medida, a importância da primeira onda feminista – que buscava direitos que, até então, não eram concedidos. Contudo, também compreendem a potência marxista que o movimento feminista significa, sobretudo a partir da segunda onda – inclusive, Laje (2016) entendia que esse era, por princípio, uma forma de dominação socialista. Em seu argumento, o autor parte do princípio que as feministas compõe o que ele denomina revolução sexual, um movimento protagonizado por mulheres que visava romper tanto com a estrutura patriarcal, quanto com o sistema capitalista (Laje , Márquez, 2016). Essa aliança marxista seria representada, nesse sentido, pela terceira onda do feminismo, e protagonizada por discursos marcados pelo público *queer e discussões* de gênero (Laje , Márquez, 2016).

Em suma, os autores entendem que os movimentos feministas participam da estratégia de desestruturação social, uma vez que promovem discursos que questionam os papéis de gênero e as normas heteronormativas conservadoras. Sob essa ótica, o posicionamento antifeminista da Extrema Direita, de modo geral, se sustenta a partir dos mesmos pontos levantados por Laje e Márquez (Solano, Rocha , Sandretti, 2023), embora sua repulsa não seja, necessariamente, tão explícita como proposto pelo texto dos autores.

Assim, com objetivo de reafirmar o espaço conservador o qual as mulheres devem ocupar dentro da sociedade e também garantir a manutenção de sua ordem binária heteronormativa, os grupos da Extrema Direita contemporâneos têm demonstrado esforço para desmerecer e vilanizar os movimentos feministas (Solano, Rocha , Sandretti, 2023). Nesse

ponto, Ging (2019) – que busca compreender os meios os quais a Extrema Direita busca estruturar essa estratégia, a partir de uma análise dos fóruns *online* desses grupos – introduz o conceito do pós-feminismo, como um grupo de ideias central para esse plano (Ging, 2019).

No que diz respeito ao movimento pós-feminista, existe um consenso quanto sua definição. Seu nome prevê que esse grupo promova ideais que sucedem as ondas feministas e suas discussões (McRobbie, 2004; Ging, 2019; Douglas, 2010): nesse sentido, existe uma divisão da bibliografia no que diz respeito à contextualização desse movimento. Alguns textos concordam que o conceito de pós-feminismo se refere a um período entre a segunda e a terceira onda feministas, outros entendem que ele seguiu após a quarta onda – renegando a qualquer iniciativa de uma quinta (Banet-Weiser, Gill, Rottenberg, 2019). Embora não tenha uma precisão temporal, de modo geral, é compreendido que o movimento pós-feminista percebe as pautas feministas como ultrapassadas e busca uma nova forma de representação (McRobbie, 2004; Douglas, 2010; Off, 2023; Genz, 2006).

Nesse sentido, Angela McRobbie (2004) e Susan J. Douglas (2010) descrevem o movimento pós-feminista como uma reação do espaço no qual as mulheres passavam a ocupar no início dos anos 1990. Ambas estudiosas exploram como esse movimento se reflete na mídia: com representações como a série estadunidense *Sex and the City*, o sucesso do grupo feminino *Spice Girls* entre outras mídias protagonizadas por mulheres e que realçam sua liberdade sexual (McRobbie, 2004; Douglas, 2010).

Assim, McRobbie (2004) constroi sua tese a partir da popularização da imagem feminina, sobretudo nos anos 90 e 2000, no qual a exposição física das mulheres era normalizada e, nesse aspecto, suas pautas, despolitizadas. É importante destacar que McRobbie, Gill e Douglas não se opunham, por exemplo, a popularizam das liberdades sexuais conquistadas pelas mulheres, mas que entendiam que essas haviam sido apropriadas por outro grupo para propagar ideais não feministas. Dentro dessa lógica, a primeira – ou pelo menos, a mais famosa – definição sobre pós-feminismo foi proposta por McRobbie (2004), quando ela analisa o movimento que tinha se iniciado na década de 1990 e se intensificada nos anos 2000, e diz que ele se dá como uma oportunidade de proporcionar, às mulheres, formas de liberdades dentro da conformidades de padrões tanto comportamentais, quanto de beleza, formando, então, uma espécie de renúncia ao movimento feminista (McRobbie, 2004; Genz, 2006).

Em seguida, Gill (2007) populariza o conceito quando escreve sobre uma análise da propagação do pós-feminismo na mídia. Gill (2007), então, contribui a discussão quando sugere que o conceito de pós-feminismo transgride o período temporal, mas se estabelece como

uma sensibilidade caracterizada por vários temas inter-relacionados: a noção de que a feminilidade é uma propriedade corporal; a mudança da objetificação para a subjetificação; uma ênfase na auto-vigilância, no monitoramento e na disciplina; um foco no individualismo, na escolha e no empoderamento; o domínio do paradigma da transformação (makeover); é um ressurgimento de ideias sobre a diferença sexual natural (Gill, 2007, pp.148. *Tradução própria*).

Em outras palavras, Gill (2007), compreende que, o que ela nomeia como, sensibilidade pós-feminista é promovida pelas mídias contemporâneas, e tem como característica, por exemplo, a ênfase na escolha, no empoderamento individual, na auto-vigilância, na sexualização e no consumo. Dentro dessa lógica, McRobbie descreve que:

[...] a nova mulher sujeita é, apesar de sua liberdade, chamada a se manter em silêncio, a reprimir a crítica, para ser reconhecida como uma garota moderna e sofisticada — ou, na verdade, essa repressão da crítica é uma condição de sua liberdade. Há quietude e cumplicidade nos modos geracionalmente específicos de ser 'descolada' e, mais precisamente, uma relação acrítica com representações sexuais comercialmente produzidas que ativamente invocam hostilidade às posições feministas assumidas no passado, a fim de endossar um novo regime de significados sexuais baseado no consentimento feminino, igualdade, participação e prazer, livre de política (McRobbie, 2004, pp. 206. *Tradução própria*).

Portanto, sob essa ótica, o pós feminismo surge como uma força que, embora leve em consideração as lutas e pautas feministas, renega-as (McRobbie, 2004). Nesse sentido, tanto Gill (2007) quanto McRobbie (2004), concordam que as ideais pós-feministas podem ser consideradas, minimamente, ambíguas: ao passo que propõe uma readequação da agência dos movimentos feministas – e, para elas, o processo de negação faz parte desse motor –, elas também acabam por despolitizar a luta, podendo no limite representar forças antifeministas (McRobbie, 2004; Genz, 2006).

A partir dessas definições, Ging (2019) argumenta que existe um esforço da Extrema Direita em instrumentalizar as ideais pós-feministas e aplicar na promoção de planos sexistas, antifeministas (Solano, Rocha, Sandretti, 2023; Ging, 2019; Off, 2023) e xenofóbicos (Solano, Rocha, Sandretti, 2023; Off, 2023).

Nesse cenário, é importante reforçar que os grupos da Extrema Direita, naturalmente, possuem posicionamentos mais alinhados ao discurso anti-feminista (Akkerman, 2015; Dietze, Roth, 2020; Gwiazda, 2021; Mayer, Sauer, 2017 *apud*. Off, 2023) – corroborado pela suas agendas com objetivos que segregam os direitos femininos (Alonso, Espinosa-Fajardo, 2021; Cabezas, 2022; Donà, 2020 *apud*. Off, 2023) e, também, pela participação massiva masculina dentro de suas estruturas (Blee, 2021; Mudde, 2007; Mudde, 2022)

Off (2023), responsável por uma revisão bibliográfica que busca compreender as nuances dos votos antifeministas da direita radical, defende que a direita radical possui quatro frentes no que diz respeito aos discursos antifeministas: heteronormativa (relacionada ao

movimento anti-gênero), populistas, femonacionalistas/ posfeministas e, por último, misógino (Off, 2023). Nesse sentido, a autora define o pós feminismo, ou sexismo moderno (Swiss, 1995 *apud.* Off, 2023), como uma ideologia que parte do princípio que a igualdade de gênero já existe e que, portanto, qualquer progresso no que diz respeito aos direitos das mulheres é desnecessário, uma vez que pode prejudicar o espaço masculino dentro da sociedade (Gwiazda, 2021; Jordan, 2016; Kantola, Lombardo, 2021; Mayer, Sauer, 2017 *apud.* Off, 2023). Diferente de Gill (2007) e McRobbie (2004), Off (2023) compreende que as ideais pós-feministas se qualificam como iniciativas antifeministas, uma vez que colaboram para a manutenção de um *status quo* patriarcal e desmerece as agendas feministas propostas.

Auxiliando para a construção desse argumento e partindo dessa noção de que as pautas do movimento feminista já foram atingidas, Solano, Rocha e Sendretti (2023) – que também entendem o pós-feminismo como uma ferramenta antifeminista–, escrevem que, dentro dessa lógica, os partidos e grupos de extrema direita: “reformularam sua retórica antifeminista, concentrando-se em questões sociais por meio de agendar políticas voltadas para a oferta de políticas de cuidado conjugadas com uma ideologia que visa reforçar o papel tradicional das mulheres (Solano, Rocha, Sandretti, 2023, pp. 6)”. Em outras palavras, é a partir do pensamento pós-feminista de que as pautas feministas já foram superadas que a Extrema Direita estrutura meios para promover demandas que não estão associadas a outros interesses se não a sua própria agenda conservadora.

Nessa lógica, essas são expressas tanto por políticas de segurança – sendo protagonizadas pelo femonacionalismo, conceito que foi aprofundado último capítulo –, como também, políticas que reforçam o *sex realism*, proposto por Hawley (2017) (Blee, 2020; Hawley, 2017). Sob essa ótica, esse capítulo busca analisar, exclusivamente, como esses discursos antifeministas buscam promover a defesa do papel tradicional da mulher, centralizados no movimento *tradwives* e na maternidade (Solano, Rocha, Sendretti, 2023; Mattheis, 2018).

O conceito de *tradwife* não é recente, contudo, em 2020, voltou a ganhar popularidade, sobretudo nas redes sociais, após Alena Pettitt – uma britânica que se denomina parte do grupo – definir em uma entrevista para a BBC News seu estilo de vida como “submisso e mimando meu marido como se fosse 1959” (BBC Stories, 2020 *apud.* Skyes, Hopner, 2024. *Tradução própria*). De modo geral, o nome faz referência a uma função social aplicada a mulheres, derivada da junção das palavras em inglês “tradicional” e “esposa”, as *tradwives* seriam mulheres que, como Pettitt, abandonaram qualquer aspiração profissional, para seguir uma vida devota as funções do marido (Skyes, Hopner, 2024; Proctor, 2022).

Nos últimos anos, o nome passou a ser aplicado a um movimento, sobretudo *online*, de representantes que buscam compartilhar seu cotidiano dentro das suas funções domésticas: sendo cozinheiras, mães e esposas seguindo padrões da década de 50 (Skyes, Hopner, 2024; Proctor, 2022). Ademais, mostram, também, o desequilíbrio na distribuição das funções dentro de casa e reafirmam o papel do marido como provedor financeiro – fazendo suas vontades e mimando-os. Em suma, as *tradwives* têm sido qualificadas como influenciadoras da Extrema Direita: sendo figuras que promovem e reforçam um espaço social conservador para as mulheres (Skyes, Hopner, 2024).

Além de um perfil submisso às vontades do marido e responsável pela manutenção do lar, também é atribuída às mulheres a responsabilidade da maternidade. Para compreender as motivações expressas nos discursos, é necessário discutir o conceito de multiculturalismo. A princípio, multiculturalismo diz respeito a afirmação de que

diferentes tipos de culturas e grupos culturais são dignos, clamando, por exemplo, que as vozes dos indivíduos negros, latinos, asiáticos, nativos, gay e lésbia, entre outras representações oprimidas e marginais tem sua própria veracidade e importância (Dines, 2003, pp. 12. *Tradução própria.*).

Assim, o conceito de multiculturalismo parte do princípio de uma coexistência pacífica e respeitosa entre diversos grupos, culturas e etnias (Dines, 2003). Nesse sentido, a Extrema Direita apresenta um posicionamento, por natureza, contra esse processo: a resistência desses representantes quanto ao multiculturalismo é baseada, sobretudo, em uma preocupação em conservar a cultura e os valores ocidentais ao máximo – sendo sustentada, assim, por crenças de superioridade cultural, racismo e xenofobia (Off, 2023;).

Dentre os diversos esforços em conter esse fenômeno, uma das frentes é o estímulo às famílias, sobretudo às mulheres, em terem filhos “puros” para garantir a sobrevivência da cultura ocidental. Portanto, é atribuída à mulher a responsabilidade de procriar para colaborar para o projeto de conservação social proposto pela Extrema Direita – assim como, a tarefa de criá-los para respeitarem e defenderem a ordem conservadora (Mattheis, 2018; Mudde, 2022). Esse argumento é adotado, principalmente, pela chamada *alt-right* – grupo pertencente a ultradireita, fascinado pela ideia de supremacia branca – e esse plano ficou conhecido como *alt-maternity* (ou maternidade alternativa) (Mattheis, 2018).

Existem, nessa ótica, diversos exemplos de figuras femininas públicas que buscam reforçar o comportamento promovido pelas *tradwives* e defendem a maternidade como uma ferramenta de empoderamento e, no limite, um compromisso com a sociedade (Mattheis, 2018). No Brasil, por exemplo, é possível reconhecer mulheres que fazem discursos alinhados a uma

promoção de um comportamento submisso feminino. Entretanto, é necessário destacar que, no caso brasileiro em específico, os discursos não antagonizam a ameaça multicultural: no Brasil, a preocupação migratória é secundária dentro dos discursos políticos a outras questões. Assim, as representantes buscam, por meio do seu discurso, reafirmar o papel da mulher seguindo padrões conservadores, sobretudo, pela influência cristã que o país possui (Solano, Rocha, Sendretti, 2023).

Nesse contexto, Michelle Bolsonaro, casada com o ex-presidente Jair Bolsonaro, é uma grande representante e inspiração para o Movimento de Mulheres Conservadoras, conhecida por reproduzir lógicas conservadoras para o público feminino religioso, principalmente. Ainda quando era primeira-dama, era conhecida por posicionamentos que defendiam o papel da mulher dentro do ambiente doméstico e contra o movimento feminista. Em 2024, na abertura do ato de seu marido no Rio de Janeiro, Michelle diz que:

Uma mulher sábia edifica sua casa, seu estado, município, seu bairro. Mulheres sábias edificam uma nação. É essa mensagem que queremos passar para vocês, mulheres femininas. Mulheres fazendo uma política feminina e não feminista. Estados aqui para fazer uma política colaborativa, junto às mulheres ajudando seus esposos, juntos na construção de um país melhor, com mais igualdade e amor (Estado de Minas, 2024).

Vale destacar nesse pronunciamento a definição de uma mulher sábia e, também, a frase “Mulheres fazendo uma política feminina e não feminista”. Ao defender uma “política feminina”, Michelle define uma mulher sábia como uma mulher feminina, que ajuda seu esposo e também seu país – atribui a ela, o papel de cuidar da política por meio do voto, contando com sua contribuição para a eleição de um representante que defenda a família e a proteção da nação. Para corroborar com seu posicionamento explicitamente anti-feminista, Michelle já se manifestou contra o movimento feminista outras vezes, entre elas, vale mencionar dois episódios em específico.

Também em 2024, Michelle Bolsonaro reitera a necessidade de uma política feminina e não feminista e diz que “Não queremos competir com os homens. Nós amamos os homens, amamos que eles paguem as contas, que abram as portas para nós. Queremos contribuir com os homens. Não queremos destruir a figura masculina” (Bolsonaro, 2024). Em outro evento no mesmo ano, Michele critica as práticas feministas quando diz que “a gente não precisa gritar, a gente não precisa queimar os nossos sutiãs, a gente não precisa menosprezar a figura do homem” (Bolsonaro, 2024), na mesma ocasião, defendeu que era papel das mulheres ajudar e colaborar com os homens, e que esse tinha sido atribuído por Deus (Uol, 2024).

Pode-se concluir, assim, que Michelle Bolsonaro é uma das grandes representantes brasileiras do movimento feminino conservador – esse que reforça o papel da mulher como

submissa, dependente de sua performance feminina, de acordo com a interpretação delas da Bíblia e da moral cristã. A instrumentalização do cristianismo para promover conservadorismos é comum dentro da Extrema Direita – sobretudo, pela direita radical. Outras representantes americanas, a partir de uma base ultra religiosa conservadora, também promovem esse incentivo à retomada de papéis sociais tradicionais – entre os nomes, deve-se destacar o caso da criadora de conteúdo estadunidense, Lana Lokteff.

Conhecida por seu canal do *youtube* que divulga ideias hiper conservadoras e por suas participações em canais de comunicação alinhados com a Extrema Direita, Lokteff é conhecida como uma das representantes femininas da ultradireita mais importantes (Mattheis, 2018). Em seus vídeos, ela busca argumentar sobre como a presença feminina é fundamental para a Extrema Direita – tanto para orientar os homens, como também como poder reprodutivo (Lokteff, 2017 *apud.* Mattheis, 2018).

Em seu canal, em 2017, Lokteff sustenta seu argumento ao dizer que a mídia, atribuída a movimentos de esquerda como conspiracionistas, busca ofuscar o que é o verdadeiro papel da mulher, porque sabem que a partir do momento que as mulheres passarem a ganhar consciência de seu poder, a Extrema Direita se fortalecerá. Para sustentar esse ponto de vista, utiliza casos como a ascensão de Hitler e a vitória de Trump para demonstrar a potência feminina na estruturação dos grupos da ED, sobretudo no voto. Nesse sentido, a influenciadora defende de maneira contraditória que o papel da mulher pode ser resumido em três pontos: a obrigação de se manter atraente para os homens, o trabalho de manutenção do lar e a maternidade (Lokteff, 2017 *apud.* Mattheis, 2018). Assim, Lokteff ainda promove ideias baseadas na ideologia da maternidade alternativa – acreditando que é responsabilidade da mulher branca procriar para garantir que a sociedade continue “pura” (Mattheis, 2018 Lokteff, 2017 *apud.* BBC Mundo, 2017).

O esforço de Lokteff é, no limite, de alcançar as mulheres de Extrema Direita, que ela entende que são oprimidas pelo cenário político majoritariamente masculino, para incentivar participação na direita alternativa dos EUA (Mattheis, 2018; Darby, 2017 *apud.* BBC Mundo, 2017). Para conquistar a simpatia de seu público – mulheres que também valorizam um estilo de vida mais tradicional –, Lokteff, além de expressar explicitamente seus apreço por esse, também adota discursos que buscam mostrar como o movimento feminista prejudica as mulheres, quando cria uma cortina de fumaça para o que verdadeiramente importa. Esse seu princípio é representado comumente em suas falas na rádio ou em seu canal do *youtube*, como por exemplo:

As mulheres modernas são muito infelizes por causa do feminismo e da igualdade que conseguiram em certos aspectos com os homens. [...] O que aconteceu é que, com o chamado feminismo e a chamada libertação, o que foi conquistado foi a necessidade de trabalhar e de crescer nas carreiras. [...] E elas chegam aos 40 anos de idade e percebem: que horror, não tenho família, não tenho filhos, não tenho um homem e me sinto muito sozinha. Ouço isso o tempo todo das mulheres que me escrevem e me contam que se arrependem de não ter tido filhos, tendo se deixado levar pela ideia de que não precisavam de um homem e que teriam de competir com eles no trabalho. Isso não faz as mulheres felizes, porque não priorizam seus objetivos. Esqueceram a prioridade, que é a família. O feminismo considerou essa ideia como se fosse diabólica, olhando para as mães e donas de casa com desprezo (Lokteff, 2017 *apud*. BBC Mundo, 2017).

Em suma, Lokteff e Bolsonaro são representantes da Extrema Direita internacional que ilustram a instrumentalização do movimento antifeminista para alcançar um grupo de mulheres que se sente excluídas ou não representadas pelas agendas feministas – seja pela sua preferência a um estilo de vida tradicional ou por acreditarem em uma conspiração marxista maior. Assim, independente de suas diferentes abordagens, pode-se concluir que o antifeminismo e, conseqüentemente, o pós-feminismo são essenciais para a estruturação do público feminino da Extrema Direita, alimentando suas ideologias conservadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante das análises realizadas, é evidente que a presença feminina na estrutura política ultradireitista contemporânea não representa, obrigatoriamente, um rompimento com a lógica patriarcal, mas sim uma reconfiguração estratégica dessa prática. Essa é sustentada, sobretudo, por ferramentas discursivas que buscam reforçar as instituições tradicionais defendidas por esse corpo político – operantes e fundamentais para a sustentação do plano de expansão da Extrema Direita.

Assim, por meio da instrumentalização de discursos como o femonacionalismo, o antifeminismo e o discurso anti-gênero, a Extrema Direita manipula a pauta feminina não para promover igualdade, mas sim para fundamentar e promover seus projetos moralistas, xenofóbicos e conservadores. Para além de construir uma dicotomia entre as mulheres que são potenciais seguidoras – e portanto, poder ser protegidas – e quais são consideradas ameaças ao *status quo* e ao plano da Extrema Direita, essas frentes são essenciais no processo de fortalecimento dos grupos da Extrema Direita, fornecendo, no limite, tanto legitimação das ideologias como também auxiliam na expansão do eleitorado que está disposto a participar desses grupos.

Os discursos com base femonacionalista, antifeminista e anti-gênero mostraram-se fundamentais no projeto de criar uma ameaça ao corpo feminino: a construção de uma sensação quase terrorista afeta gera, conseqüentemente, um grupo que teoricamente precisa de proteção e que está suscetível, portanto, a quem esteja disposto a protegê-lo. Sob essa ótica, é esse espaço que a Extrema Direita se propõe a ocupar. Então, em primeira instância, essas ferramentas são responsáveis em atribuir, aos símbolos ultradireitistas, o papel de salvador e de solução para uma ameaça – seja física ou ideológica, sendo os “heróis” da manutenção da tradição.

Além disso, sobretudo quando se diz respeito ao papel do discurso pós-feminista, existe também um esforço de, ao passo que desrespeita as tentativas de busca por reconhecimento feminino, ceder as mulheres alguns – poucos – privilégios. Esse processo é sustentado, principalmente, por um tom de empoderamento oferecido para as mulheres: cria-se uma potência no espaço tradicional associado ao gênero feminino e, por sua vez, as tarefas domésticas. Em suma, cria-se um desejo pelo papel associado à performance da mulher – manifestado, na máxima, pelas *tradwives* – e também pelas suas características quase caricatas: a delicadeza, a ingenuidade e a dependência.

Por fim, foi possível concluir, dentro dessa lógica, a importância do interlocutor ser uma mulher. Essa participação mostra-se essencial para legitimar socialmente discursos excludentes – validando práticas sexistas sob a retórica da segurança e da tradição. Assim, quando figuras como Michelle Bolsonaro, Giorgia Meloni entre outras, não só reiteram posicionamentos sexistas de seu partido, mas também contribuem para a formulação desses argumentos, existe uma legitimação desses posicionamentos e uma naturalização de suas políticas radicais.

Lokteff, uma das diversas figuras femininas famosas dentro da Extrema Direita, disse, em uma entrevista com a BBC News, que sua potência dentro do movimento era justamente seu gênero: “Nós, mulheres, atraímos outras mulheres” (Lokteff, 2017 *apud*. BBC News). Essa frase também representa um produto essencial da fórmula aqui analisada: mulheres que legitimam e apoiam pautas da Extrema Direita atraem e incentivam a participação de outras mulheres em corpos políticos ultradireitistas.

Embora a pesquisa não tenha se aprofundado sobre os motivos e tampouco nos resultados da adoção dessas estratégias, – se o número de apoiadoras aumentaram em decorrência dessas figuras ou não – propõem-se que existe uma lógica, longe de ser acidental, que busca se beneficiar dessas práticas. Essas que, por sua vez, são internacionais e conscientes, contudo não homogêneas: cada país, organização e contexto tem suas particularidades que determinam quais estratégias são mais efetivas, e quais não são.

Em suma, este trabalho buscou reafirmar a importância da perspectiva de gênero na análise da ascensão da Quarta Onda da Extrema Direita. Não identificar esses movimentos como estratégia política compromete o entendimento da estrutura do movimento e, também, em seu processo não só de expansão, mas de naturalização e fortalecimento. Ainda há muitos vácuos: hipóteses e relações para se investigar, perguntas para se fazer e respostas para se fundamentar – a tentativa de uma agenda comum é delicada, mas urgente para se entender a ascensão da Extrema Direita como um projeto global e não exclusivo.

Este estudo, portanto, visa contribuir para o campo de estudos interseccionais de gênero e Extrema Direita. As estratégias, as causas e as consequências aqui propostas são manifestações de um fenômeno que não é periférico na discussão da Extrema Direita, mas sim centrais na arquitetura do cenário que é presenciado nos dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABU-LUHOD, Lila. Feminismo Transnacional: uma lente para o Anti-Orientalismo. **Revista Estudo Feminista**, [s.l.], 2016: vol. 24, no. 3. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/bmPTRZHWKBtYkgkpGMHcfHw/>>.
- AUTOR DESCONHECIDO. Masculinity and Misogyny in Contemporary Right-Wing Populism. **King's College London**. Disponível em: <<https://www.kcl.ac.uk/masculinity-and-misogyny-in-contemporary-right-wing-populism>>.
- BARBIE. Direção: Greta Gerwig. [Filme]. Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, 2023. Duração: 114 min.
- BITZAN, Renate. Research on gender and the far right in Germany since 1990: developments, findings, and future prospects. In: KÖTTIG, Michaela; BITZAN, Renate; PETÖ, Andrea (orgs.). **Gender and far right politics in Europe**. Cham: Springer, 2017. p. 65–78. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-43533-6_5>.
- BLEE, K. M. Where do we go from here? Gender in the Studies of Far Right. *Politics, Religion , Ideology*. [s.l.], 2021. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21567689.2020.1851870>>.
- BRINCO, Henrique. Em Salvador, Michelle Bolsonaro ataca feminismo: “Nós amamos homens”. **BNews**, [s.l.], 08 abr. 2023. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/politica/em-salvador-michelle-bolsonaro-ataca-feminismo-nos-amamos-os-homens.html?utm_source=chatgpt.com>.
- BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda. Editora Unesp, 1995.
- CAMPBELL, Rosie; Erzeel, Silvia. Exploring Gender Differences in Support for Rightist Parties: The Role of Party and Gender Ideology. **Politics , Gender**: [s.l.], 14, 2018, pp. 80-105.
- DURHAM, Martin. Women and the Extreme Right: A Comment. **Terrorism and Political Violence**: n. 3, vol. 9, pp. 165-168, 2007.
- EBNER, Julia; DAVEY, Jacob. How Women Advance the Internationalization of the Far-Right. [s.d.]. Disponível em: <<https://extremism.gwu.edu/sites/g/files/zaxdzs5746/files/How%20Women%20Advance%20the%20Internationalization%20of%20the%20Far-Right.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2025.
- ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ELGOT, Jessica. Swedish prime minister reveals ‘great anger’ over reports of sex attacks. **The Guardian**. Suécia, 13 jan. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/jan/13/swedish-prime-minister-anger-over-sex-attacks-stefan-lofven?utm_source=chatgpt.com>.
- FARRIS, Sara R.. Femonationalism and the “Regular” Army of Labour Called Migrant Women. **History of the Present**. [s.l.], 2012: n. 2, vol. 2, pp. 184-201. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.5406/historypresent.2.2.0184>>.
- FARRIS, Sara R.. In the Name of Women’s Right: The Rise of the Femonationalism. **Duke University Press**, 2017. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/j.ctv11sn2fp>>.
- FANGEN, Katrine. Separate or Equal? The Emergence of an All-Female Group in Norway’s Rightist Underground. **Terrorism and Political Violence**: 1997.
- FANGEN, Katrine; SKJELSBÆK, Inger. Editorial: Special Issue on Gender and the Far-Right. **Politics, Religion , Ideology**. [s.l.], 2020: vol. 21, no. 4, pp. 411-415. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21567689.2020.1851866>>.
- FOX NEWS. Tammy Bruce: Democrats ‘weaponize’ phrases like ‘anti-racist’, ‘Jim Crow’; ‘whoever controls language wins’. **Fox News**, EUA, 27 abr. 2021. Disponível em:

<https://www.foxnews.com/media/tammy-bruce-democrats-weaponize-phrases-like-anti-racist-jim-crow-whoever-controls-language-wins?utm_source=chatgpt.com>.

FRANCISCO, el Hombre. *Triste, Louca ou Má*. [Música]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pqvFCIRJh-o>>.

FUTRELL, Robert; SIMI, Pete. The [Un]Surprising Alt-Right. **Sage Journals**: vol. 16, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1536504217714269>>.

GENZ, Stéphanie. This Way/ve: The politics of postfeminism. **Feminist Theory**. [s.l.]: 2019. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1464700106069040>>.

GING, Debbie . Bros v. Hos: Postfeminism, Anti-Feminism and the Toxic Turn in Digital Gender Politics. In: Ging, D, Siapera, Eugenia. *Gender Hate Online*. Palgrave, Macmillan: 2019, pp. 45-67. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-96226-9_3>.

GRIFFINI, Marianna; MONTECCHIO, Laura. Giorgia Meloni's ambiguity on gender rights. **The Loop: ECPR's Political Science Blog**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://theloop.ecpr.eu/giorgia-melonis-ambiguity-on-gender-rights/>>.

HAWLEY, George. **Making Sense of the Alt-Right**. Columbia University Press, 2017.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. *International Relations and the Problem of Difference*. NY: Routledge, 2004, Introdução e cap. 1.

KAUFMANN, Karen M. *The Gender Gap*. Cambridge University Press, 2006. **Political Science , Politics**. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/ps-political-science-and-politics/article/abs/gender-gap/5300B2B7846E5D9057673FFAA4F9ABB9>>.

KELLY, Annie. The Alt-Right: reactionary rehabilitation for white masculinity. **Soundings**: n. 66, 2017, pp. 68-78. Disponível em: <<https://www.ingentaconnect.com/content/lwish/sou/2017/00000066/00000066/art00006>>.

KHOSHNOOD, Ardavan M.; SUNDQUIST, Jan; SUNDQUIST, Kristina. Immigrant Background and Rape Conviction: a 21-Year-Follow-Up-Study in Sweden. **Journal of Interpersonal Violence**. [s.l.], 2025. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/08862605241311611>>.

KINGS COLLEGE LONDON. *Masculinity and Misogyny in Contemporary Right-Wing Populism*. 2024. Disponível em: <https://www.kcl.ac.uk/masculinity-and-misogyny-in-contemporary-right-wing-populism>. Acesso em: 18 nov. 2024.

KUMAR, Rahul. Marchi, Riccardo (2020), *A nova direita anti-sistema: o caso do Chega*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Lisboa: Edições 70, pp. 206. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/12314>>.

LAPONCE, J.A. *Left and Right: The Topography of Political Perceptions*. Toronto, 1981: **University of Toronto's Press**, vol. 11.

LAJE, Agustín; MÁRQUEZ, Nicolás. **O livro negro da nova esquerda: ideologia de gênero ou subversão cultural**. 1. ed. Curitiba: Danúbio, 2018.

JAGUERS, J. *The voice of the people! Testing the concept of populism at Flemish political parties (Belgium)*, 2006. Disponível em: <elibrary.ru/ip_restricted.asp?rpage=https%3A%2F%2Fwww%2Eelibrary%2Eru%2Fitem%2Easp%3Fid%3D9404168>.

MACMILLAN, C. Why the far right is obsessed with gender ideology. *New Statesman*, 12 set. 2019. Disponível em: <https://www.newstatesman.com/world/2019/09/why-far-right-obsessed-gender-ideology>. Acesso em: 17 nov. 2024.

MARTINS, Carlos. **Os Perigos da Direita Radical**. Edição Desassossego, 2024.

MATTHEIS, Ashley A. Shieldness of Whiteness: (Alt) Maternalism and Women Recruiting for the Far/ Alt-Right. **Journal For The Radicalization**. EUA: Winter 2018/2019, no. 17, 2018. Disponível em: <<https://journals.sfu.ca/jd/index.php/jd/article/view/177/132>>.

MAY, Rob; FELDMAN, Matthew. Understanding Alt-Right. Ideologues, ‘Lulz’ and Hiding in Plain Sight. In: FIELITZ, Maik; THURSTON, Nick. **Post Digital Cultures of Far Right: online actions and offline consequences in Europe and the US**.

MICHELLE Bolsonaro: ‘Precisamos de uma política feminina e não feminista’. **Estado de Minas**. Minas Gerais, 21 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.em.com.br/politica/2024/04/6842287-michelle-bolsonaro-precisamos-de-uma-politica-feminina-e-nao-feminista.html>>.

MICHELLE defende ‘política feminina’: ‘A gente não precisa queimar sutiãs’. **Uol Notícias**. São Paulo, 25 abr. 2025.

MUDDE, Cas. **A Extrema Direita Hoje**. Rio de Janeiro, Brasil: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EDUERJ), 2022.

MUDDE, Cas. **Populist radical right parties in Europe**. Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal. **Populismo – Uma brevíssima introdução**. Gradiva, 2017.

NORRANDER, Barbara. The Evolution of the Gender Gap. Oxford University Press, 1999. **The Public Opinion Quarterly**: Vol. 63, No. 4, pp. 566-576.

QUEM é Lana Lokteff, a estrela da supremacia branca nos EUA para quem mulheres ‘só querem ser bonitas, casar e ter filhos’. **BBC News**. [s.l.]: 14 nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/quem-e-lana-lokteff-a-estrela-da-supremacia-branca-nos-eua-para-quem-mulheres-so-querem-ser-bonitas-casar-e-ter-filhos.ghtml>>.

OLIVEIRA, A. Bolsonaro diz que não estupraria deputada porque ela "não merece". *Exame*, 10 dez. 2014. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/bolsonaro-diz-que-nao-estupra-deputada-porque-ela-nao-merece/>>.

OFF, Gerson. Gender equality salience, backlash and radical right voting in the gender-equal context of Sweden. **West European Politics**. [s.l.]: vol. 46, no. 3, 27 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402382.2022.2084986>>.

PAULINE Hanson defiant as speech criticised in Australia. **BBC News**, Australia, 15 set. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-australia-37335544?utm_source=chatgpt.com>.

PROCTOR, Devin. The #tradwife persona and the rise of radicalized white domesticity. **Persona Studies**. Burwood, Deakin University: Vol. 8, No. 2, 2022, pp. 7-26. Disponível em: <<https://search.informit.org/doi/abs/10.3316/informit.873023567302359>>.

RAHBARI, Ladan. When gender turns right: racializing Islam and femonationalism in online political discourses in Belgium. **Contemporary Politics**. vol. 27, no. 1, 2021. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/13569775.2020.1813950?needAccess=true>>.

RAVNDAL, J.A.. From Bombs to Books, and Back Again? Mapping Strategies of Right-Wing Revolutionary Resistance. *Studies in Conflict, Terrorism*, 2021.

RIPPEYOUNG, Phyllis L. F.. When Women are Right: The Influence of Gender, Work and Values on European Far-Right Party Support. **International Feminist Journal of Politics**. Canada: pp. 379-397, 2007.

RYDGREN, Jens. The Sociology of the Radical Right. **Annual Review of Sociology**: vol. 33, 2007.

RONCHI, Bruno Luiz de Souza. A crítica da integração europeia e o crescimento dos partidos de direita radical a partir da crise de 2008. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciência Econômicas, curso de Relações Internacionais. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/186018>>.

SAGER, Maja; MULINARI, Diana. Safety from Whom? Exploring femonationalism and care-racism in Sweden. **Women’s Studies International Forum**. [s.l.], Vol. 68, maio-jun. 2018, pp. 149-156. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277539517301838>>.

SEMONSEN, Robert. Italian PM: Woman Will Be the First Victims of Gender Ideology. **The European Conservative**, [s.l.], 6 mar. 2023. Disponível em: <https://europeanconservative.com/articles/news/italian-pm-women-will-be-the-first-victims-of-gender-ideology/?utm_source=chatgpt.com>.

SKREDE, I. Materialization of a Paradox: Gender and the Far-Right. Tese de Mestrado (Departamento de História - Universidade de Oslo), Noruega, 2021. Disponível em: <<https://www.duo.uio.no/bitstream/handle/10852/88005/MITRA4095-Extreme-Misogyny-Skrede.pdf?sequence=1>>.

SKYES, Sophia; HOPNER, Veronica. Tradwives: Right-Wing Social Media Influencers. **Journal of Contemporary Ethnography**. [s.l.]: vol. 53, no. 4, 2024. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/08912416241246273>>.

SPINKS-FRANKLIN, Adiaha I.. Wake Up. Get Woke. Stay Woke! **Journal of Development , Behavioral Pediatrics**. [s.l.]: vol. 41, n. 7, 2020. Disponível em: <https://journals.lww.com/jrnldb/citation/2020/09000/wake_up_get_woke_stay_woke_1.aspx>.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila; SENDRETTI, Lilian. Mulheres de Extrema-Direita: empoderamento feminino e valorização moral da mulher. **Caderno CRH: Dossiê 3**, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/5msSxpS5SPhFRsBKvdmhTfr/>>.

SONG, Sarah. Multiculturalism. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Estados Unidos, 2010. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/ENTRIES/multiculturalism/>>.

U.S. Department of State. **Biographies: Tammy Bruce**. Disponível em: <<https://www.state.gov/biographies/tammy-bruce/>>.

VARGAS, Ramon A.. Katie Britt defends sex trafficking story she falsely links to Biden presidency. **The Guardian**. [s.l.], 10 mar. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2024/mar/10/katie-britt-state-of-the-union-rebuttal?utm_source=chatgpt.com>.

VEJA. *Radar*: Bolsonaro disse há um mês que meninas venezuelanas iriam fazer programa. VEJA, 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/bolsonaro-disse-ha-um-mes-que-meninas-venezuelanas-iriam-fazer-programa/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

VICKERS, M. “And Some, I Assume, Are Good People”: Examining the Impact of Donald Trump’s Presidency on the Lived Experiences of Latinx Teens. Rollins Scholarship Online, 2020. Disponível em: <https://scholarship.rollins.edu/honors/123/>. Acesso em 09 nov. 2024.

YLÄ-ANTTILA, T; LUHTAKALLIO, E. Contesting Gender Equality Politics. *In: Gender and Far Right Politics in Europe*. Palgrave Macmillan, pp. 29-47, 2020.

ZEBERIO, Miren Berasategi; PANDO-CANTELI, María; RODRIGUEZ, María. Gender and Far-Right Women Political Representatives: A Twitter Discourse Network Analysis. **International Journal of Communication**: vol. 18, 2024. Disponível em: <<https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/21965/4689>>.